

-----ATA N.º 8-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

-----Aos 24 dias do mês de julho de 2020, pelas 21.00h reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no salão nobre dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, assegurando o cumprimento das normas em vigor de afastamento físico resultantes da pandemia COVID-19-19, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1 - Proposta n.º 14/AM/2020 – Votos, moções e recomendações;-----

-----2 - Proposta n.º 40/CM/2020 – Prestação de Contas Consolidadas do Município de Torres Vedras de 2019;-----

-----3 - Proposta n.º 39/CM/2019 - Alteração do regulamento das Medalhas Municipais;-----

-----4 - Proposta n.º 18/AM/2020 - Informação COVID-19-19;-----

-----5 - Proposta n.º 41/CM/2020 – Autorização para repartição de encargos – Empreitada de repavimentação de diversos arruamentos nas freguesias do concelho de Torres Vedras – concurso público;-----

-----6 - Proposta n.º 15/AM/2020 - Relatório de Atividades de 2019 – Representantes;-----

-----7 - Informação sobre competências delegadas:-----

-----7.1 - Proposta n.º 16/AM/2020 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 9/11/2018);-----

-----7.2 - Proposta n.º 17/AM/2020 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2018)-----

-----Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Paulo Dinis Faustino Valentim (segundo secretário).-----

-----Estiveram presentes os deputados municipais:-----

---- Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, Pedro Miguel Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Castelo, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraldes, Maria Leonor Marques Marinheiro, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Maria Manuela Hortas Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luís Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, João

Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins, Artur Alexandre dos Santos Narciso e Miguel Jorge Santos Samarão. -----

-----Estiveram ainda presentes o presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os vereadores, Marco Henriques Claudino, Laura Maria Jesus Rodrigues, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas e Maria João Pinto Correia. -----

PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

PETIÇÃO - REPOSIÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO EM TORRES VEDRAS: -----

-----O cidadão Daniel Filipe Lamas Andrade Ferreira apresentou a seguinte petição:-----

-----“Para: Administração da Barraqueiro Oeste, Assembleia Municipal de Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, OesteCIM. -----

-----Na sequência da pandemia provocada pela COVID-19-19, o serviço de transporte público em Torres Vedras, na cidade em particular foi praticamente suspenso. Encontrando-nos agora na 3ª fase de desconfinamento generalizado, com o comércio, serviços públicos, escolas, creches e ATLS, centros de saúde e demais empresas a funcionar em pleno, mas o serviço de transporte público não tem acompanhado com a mesma velocidade. -----

-----Segundo informação de uma recente reunião da Câmara Municipal de Torres Vedras, os transportes públicos no concelho de Torres Vedras estão em média com 60% da oferta, mas sabe-se que há carreiras muito abaixo disso (da qual o TUT, Transporte Urbano de Torres Vedras é exemplo) e há localidades que estão praticamente sem transporte público. Os poucos transportes que há, encontram-se sobrelotados, com horários que não servem os interesses de mobilidade da população, que se vê obrigada a alternativas de transporte privado. Isto causa maior volume automóvel na cidade, com maior insegurança para peões, mais atrasos nas deslocações, maiores custos para as pessoas, e maiores níveis de poluição, além de maior exposição a potencial infeção pelo COVID-19. As pessoas que não tem transporte próprio vêem-se discriminadas e impedidas de livre circulação, afetando o regresso ao trabalho e rotina diária. -----

-----Assim, vem esta petição dirigida à Barraqueiro Oeste, Assembleia Municipal de Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras na figura do Vereador para a Mobilidade e Comunidade Intermunicipal do Oeste OesteCIM, exigir a reposição do transporte público no concelho de Torres Vedras nas condições anteriores ao início da pandemia. -----

-----24 de julho de 2020, Torres Vedras. -----

-----Primeiro subscritor, Daniel Ferreira.”-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

RECLAMAÇÃO SOBRE MULTA: -----

-----A cidadã **Luísa Maria Lino Libório** veio ao plenário apresentar a sua reclamação por uma

multa de €60,00 que recebeu por estacionar num lugar para residentes na Travessa Jorge Miguel Pereira, onde falta sinalização para o efeito. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----De seguida o **presidente da Mesa**, informou que o delegado de saúde já se encontrava sala, sugerindo que adiantassem o ponto 4, o que teve a anuência de todos os presentes. -----

4 - PROPOSTA N.º 18/AM/2020 - INFORMAÇÃO COVID-19: -----

-----O **presidente da Mesa** deu nota que em conversa com o edil surgiu a iniciativa de convidar a autoridade de saúde do concelho, Dr. Nuno Rodrigues, para não apenas dar ao plenário a perspetiva da situação atual, mas também para responder a algumas questões que os colegas entendam por pertinentes. -----

-----O **presidente da Câmara** agradeceu a disponibilidade do Dr. Nuno Rodrigues para partilhar este momento, aproveitando para prestar a ele e à sua equipa a sua homenagem pelo trabalho que desde o dia 9 de março têm desenvolvido com o Serviço Municipal de Proteção Civil junto da comunidade no sentido a que possam, em função da pandemia que os assola, fazer a defesa dos torrienses, e sensibilizar aqueles que os visitam para o combate à COVID-19. -----

-----De seguida foi dada a palavra ao **Dr. Nuno Rodrigues** que se prontificou a explicar à assembleia em detalhe qual o ponto de situação em relação à COVID-19 e quais as perspetivas futuras, assegurando a disponibilidade da Unidade de Saúde Pública para prestar todo e qualquer esclarecimento aos representantes eleitos da população -----

-----A situação atual assinalou que é de alguma estabilidade, ou seja, houve um período em que particamente não tiveram casos, mas depois da reabertura houve um agravamento pontual com poucos casos e poucas cadeias de transmissão, facilmente controláveis, passando para um período em que inicialmente tiveram 21 casos semanais, depois 38, e 30 e esta semana novamente 21, o que mostra que têm atividade epidémica no concelho que se desenvolve de 2 formas: transmissão comunitária, com casos pontuais, que se propagam dentro dos seus agregados familiares, conjunto de amigos e conhecidos, e transmissão em *clusters* que significa um conjunto de casos agregados que podem ser atribuídos a um determinado tempo e espaço e que normalmente produzem um número mais elevado. -----

-----Deu nota que tiveram vários *clusters*: No Hospital de Torres Vedras, no supermercado Continente, numa empresa de construção civil e num lar ilegal, assim como aumento dos números de casos decorrentes de trabalhadores de grandes empresas de outros concelhos, que revertem para os dados de Torres Vedras. Estes números traduzem um histórico mais elevado, e embora não estando a haver um aumento exponencial de casos, são contextos preocupantes, no sentido de que implicam muito trabalho, muitos contactos. Neste momento têm cerca de 190 pessoas em vigilância ativa, o que significa que são contactos identificados de casos confirmados, que têm de

estar em isolamento, e têm que ser contactados pela USP diariamente para saberem como estão.

-----Disse terem cerca de 85% de casos identificados em cadeias de transmissão conhecidas sendo a partir desta métrica que estão a trabalhar. Em comparação com outros concelhos a taxa de identificação de Torres Vedras é bastante superior, fruto de um enorme trabalho mas na esperança que se releve baixando os números.-----

-----Explicou ainda que no caso do *cluster* mais recente – Continente - com 16 casos confirmados, os seus 162 trabalhadores na passada segunda-feira fizeram teste e deram negativo, significando que naquele contexto já conseguiram travar a bolsa de vírus, isolando e identificando contactos, e depois isolar os mesmos e assim travar as cadeias de transmissão. Este foi o método utilizado no hospital e há-se ser feito consecutivamente em todas as situações que surgirem.-----

-----Frisou que o vírus desaparecer não depende só da USP, depende dos comportamentos individuais e para além da importância de usar máscara, fazer o distanciamento de dois metros e a higienização das mãos, é necessário mudar a abordagem aos momentos críticos: refeições com não coabitantes, viagens, momentos de pausa de convívio, em que se não está a comer ou a beber, por a máscara. Ninguém quer que se deixe de abraçar filhos, mulher, pais se viverem no mesmo agregado familiar, mas com os outros têm de ter cuidado porque a transmissão pode ocorrer em qualquer local.-----

-----Assinalou que nesta fase, na sua perspetiva os números vão estabilizar e baixar, pois têm as cadeias identificadas e isoladas, que esperam controlar, contudo e havendo agora atividade por toda a região de Lisboa e Vale do Tejo, existem *clusters* que ainda não estão controlados e aguardam o desenrolar dos mesmos.-----

-----Aproveitou para dizer que o hospital de Torres Vedras não é um centro em que se espalha a COVID-19, pois as pessoas têm garantia de qualidade e isolamento, mas o facto de terem o internamento de toda a região Oeste, implica um grande impacto nas consultas externas, uma vez que está a ser utilizado um piso, o que é preocupante do ponto de vista de saúde pública, mas sempre passou a mensagem que as pessoas não devem ter medo de ir ao hospital por sintomas graves e para além disso também já foram retomados os serviços aos cuidados primários. Contudo sabem que é algo complexo perante a situação pandémica que se vive, tendo à porta um fator que já estão a preparar - o Inverno - que trará confusão porque os sintomas da COVID-19 são similares a dezenas de outros vírus que vão continuar a circular, ao que acresce uma grande pressão no número de testes que vão ser precisos.-----

-----Nesse sentido já estão a preparar para reforçar a capacidade dos laboratórios, para dar cobertura a um aumento de casos que se espera previsível. E irá fazer teste quem tiver tosse, febre, mesmo que seja gripe, estando também a trabalhar na questão do acesso e dos circuitos para testes, os quais são todos introduzidos em plataforma, mas esse acesso nem sempre corre

bem, pois a teoria é uma coisa e a realidade apresenta falhas, ao que acresce a incerteza com que lidam no trabalho diário, quantos casos aparecerão e ainda porque os recursos humanos da unidade são reduzidos. -----

----A *deputada Municipal Rita Sammer* fez referência à proximidade e facilidade que o Dr. Nuno Rodrigues conseguiu estabelecer com o concelho, quer seja através dos órgãos autárquicos quer de outras entidades, com reconhecida disponibilidade e pensa que tiveram muita sorte com a equipa de saúde pública que têm no concelho de Torres Vedras deixando este agradecimento e reconhecimento. -----

----Relativamente à referência que já se antecipa a possibilidade de aumentar a realização de testes no próximo Outono, disse que gostaria de saber, no caso de transmissão comunitária, ou em família, se uma pessoa apresentar resultado positivo, mas os restantes elementos do agregado familiar estejam assintomáticos, são testados ou ficam apenas em isolamento profilático, questão que tem suscitado alguma preocupação na comunidade e questionou também medidas preventivas que eventualmente estejam já a ser pensadas para o regresso massivo à escola, que parece estar muito longe, mas falta apenas mês e meio e vão ter milhares de alunos e centenas de professores em regime presencial, que constituirá certamente um desafio. -----

----O *deputado municipal Pedro Castelo* também saudou e agradeceu disponibilidade do delegado de saúde, e aludiu desde logo à questão deste vírus apresentar sintomas que são similares a dezenas de outros vírus que vão continuar a circular, e com o aproximar da mudança de estação, se não teme que os cuidados de saúde primários, com o aparecimento de novos casos possam não estar preparados para corresponder conforme ao que parece não corresponderam tão bem nos meses de março, abril e maio. -----

----Depois reportou-se a uma entrevista do Bastonário da Ordem dos Médicos, de 18/07, em que fala que só nos cuidados de saúde primários nestes meses registaram-se menos três milhões de consultas, fora cirurgias, consultas nos hospitais e acessos às urgências inquirindo como é que isto pode desde já ser previsto, se é que pode, e se não teria que haver um maior enfoque de todos para que haja mais testes disponíveis e mais laboratórios disponíveis para poder testar. -----

----O *deputado municipal Nuno Henriques* saudou também, na pessoa do delegado de saúde, todos os profissionais de saúde e o trabalho que têm feito no país que é de louvar e de aplaudir.---

----No âmbito do que foi explicado sobre a COVID-19 e outras pandemias que possam existir disse que gostava de uma opinião técnica, se não deveriam ter um programa no âmbito da ação social de educação para a saúde, a que já fez referência neste plenário, tendo em conta que não sabiam que a COVID-19 iria chegar em 2020, se pensarem que a educação para a saúde é para a prevenção não só de hábitos, mas também de comportamentos, os quais põem em causa muitas vezes o SNS. -----

-----Tal como referiu pela primeira vez em 3 de março sobre a pandemia e noutras sessões em que falou dos transportes públicos, cuja limitação que está feita não refere se é para transportes em pé ou sentados, solicitou ao delegado uma eventual clarificação, na consideração que tem autoridade para o fazer, sabendo que há autocarros que levam mais pessoas do que o número normal e que por contingências podem ir sentados de lado a lado, tendo em conta as explicações que deu sobre o contágio.-----

-----Por último, quando falou do inverno que vai até dia 21 de março de 2021 o que é preocupante disse que gostaria de uma opinião técnica do delegado de saúde sobre o que se vai fazer quanto ao Carnaval de 2021, ou sobre o que se deve começar a pensar, porque sabem que têm que prevenir para não ter que remediar. Lembrou que Torres Vedras tem uma economia dependente até no inverno do Carnaval, e devem evitar ilusões às pessoas porque a saúde para o PSD e para todos os portugueses deve estar sempre primeiro.-----

-----O **Dr. Nuno Rodrigues** em relação ao facto quem é ou não testado na transmissão no seio familiar, explicou que não há uma regra clara e se a pessoa está isolada e não desenvolver sintomas pode não fazer o teste. Depois depende com percecionam nos contactos, se as pessoas estão ou não a fazer o isolamento e do risco envolvido e então todo o agregado familiar com sintomas é testado o mais rapidamente possível. A avaliação de risco é feita pela equipa e é decidido caso a caso conforme a exposição e condições de isolamento que a pessoa tem no seu domicílio.-----

-----Em relação à parte escolar, esclareceu que iria ter na segunda-feira uma reunião com a vereadora Laura Rodrigues para discutir essa temática já que o planeamento tem que ser feito já e não em setembro. Há duas componentes a ter em conta, a de saúde pública que especialmente os preocupa pelo impacto que pode ter em termos da saúde mental, a nível do exercício físico, a ausência na escola e a componente da COVID-19, transmissão dentro de cada estabelecimento e ver dentro de cada agrupamento escolar consensualmente o que é melhor em termos de balanço, para, minimizando a transmissão, não prejudicar o acompanhamento presencial, sabendo que acaba sempre de prejudicar a ausência de convívio com os colegas. Vão tentar atingir a melhor solução, sempre privilegiando a aprendizagem presencial nos alunos mais novos até ao 6.º ano, e com os mais velhos podem optar, se virem necessidade, para a componente não presencial e adequar cada espaço às faixas etárias.-----

-----Relativamente à preparação nos meses de Inverno afirmou não ter a perspetiva que os cuidados primários tenham respondido mal, pelo contrário, se forem comparar em termos de resposta hospitalar com a resposta de cuidados de saúde primários em termos percentuais, à exceção da urgência que esteve sempre a funcionar a 100%, nas restantes, as cirurgias tiveram quedas abruptas. Dentro do contexto do SNS, os cuidados de saúde primários foram os que

conseguiram manter o maior número de consultas, tendo que se ter em conta a dimensão de 3.000.000 de consultas, relativamente ao período em questão, que foi aumentando em termos de respostas. -----

-----Deu nota ainda que já estão a planear o aumento e alargamento tanto de dias, como número de laboratórios disponíveis, que será preponderante até haver uma vacina disponível, que não sabem quando será. Nesta fase, precisavam de aumentar o número de testes e aumentaram, assim como no Inverno haverá essa capacidade, não descurando tudo que já está previsto no plano de contingência em termos de aumento de consultas urgentes dos médicos de família para dar resposta a este tipo de situações. Para além disso preocupa-o as instalações, porque neste momento aguardam a construção de um contentor por detrás do Centro de Saúde, que vai possibilitar autonomizar o circuito COVID-19 dentro do mesmo e reforçar a oferta de consultas, onde agora está a área COVID-19, porque os edifícios também não estavam preparados.-----

-----No tocante à questão sobre a implementação de um programa de educação para a saúde em relação aos hábitos e comportamentos assinalou que todos sabem que a saúde pública é o parente pobre do sistema de saúde e não é possível com os recursos humanos agora disponíveis. Contudo já é feita educação nas escolas, mas se querem que o mesmo tenha ganhos concretos, é preciso fazer o ciclo de planeamento, ou seja aplicar e avaliar o que não acontece agora e se a unidade de saúde pública que coordena já se anda a arrastar com orçamentos baixos para prevenção, se esta vertente for uma opção e uma prioridade, terá de ser vertido em orçamento.-----

-----No que respeita à questão concreta do “em pé e do sentado” nos transportes públicos, mas do ponto de vista de saúde pública entende que têm de equilibrar a capacidade de fazer deslocar as pessoas, com o mínimo de contágio, por isso foram reguladas as percentagens de ocupação que deveriam estar a ser cumpridas, mas não sabe exatamente onde não estão a ser cumpridas e se estar em pé implica não cumprimento. Sabe que se as pessoas não forem trabalhar, também perdem rendimentos que acarreta outras consequências e, portanto, a solução está no aumento de oferta, mas não consegue dizer se é viável ou não. -----

-----Por último no seu ponto de vista técnico em relação ao Carnaval, como em relação a qualquer outro evento de massas, tudo o que implique uma grande concentração de pessoas num determinado espaço, mesmo ao ar livre, não pode ser realizado, a não ser com limitação de pessoas. Este critério pode ser alterado com a vacina e com a evolução epidemiológica, contudo agora não consegue dizer como vai ser em fevereiro de 2021, mas, na sua opinião, sem vacina o vírus vai continuar a circular persistentemente e se estiver como está atualmente, o Carnaval não pode ser realizado. -----

-----O *deputado municipal Rui Lopes* deixou uma palavra de agradecimento ao Dr. Nuno Rodrigues pelo seu esforço e dedicação e questionou a opinião do delegado de saúde em termos

de mensagem, concretamente se existe mais alguma coisa que possa ser feita no sentido de chegar às pessoas para evitar os comportamentos de risco que todos os dias ouvem falar através da comunicação social. Se calhar ainda estão numa fase de otimismo, mas assusta pensar que vem o inverno e em tudo o que pode vir a acontecer.-----

-----Aproveitou também para falar da questão ambiental, tendo em conta que no início do uso de mascarar descartáveis houve uma orientação que não foi adotada por quase ninguém e todos os dias vê mascarar descartáveis no chão. Assim gostaria de saber se algo pode ser feito para que todos saibam como proceder depois de as utilizar. -----

-----Referindo-se à intervenção do colega Nuno Henriques sobre a questão da educação para a saúde, o *deputado municipal António Carneiro*, disse que consta no programa da estratégia para cidadania, estando previsto, desde o início do ano letivo, mas ou a ministra da saúde não falou com o ministro da educação ou vice-versa.-----

-----Aproveitou para dar nota que a partir da 18.00h na aldeia onde vive, verifica que juntam-se dezenas de jovens à porta dos cafés, encostados uns aos outros e sem máscara, e assim, infelizmente, por muita educação para a cidadania que haja, que se calhar não há, teme que vão entrar num período mais difícil e se não começarem a transmitir a ideia de que determinados comportamentos se pagam, não sabe se não estarão a caminhar para uma situação mais grave. --

-----Depois reportou-se ao surto de COVID-19 que ocorreu no Modelo/Continente e que passou lá no dia seguinte verificando que quase não tinha clientes porque as pessoas tiveram medo e pensa que, se voltar a acontecer terá que haver mais dureza, com aconteceu com um caso positivo que encerrou a Eugster&Frismag. Tem dificuldade de entender a razão de em Portugal serem todos iguais mas uns serem mais iguais que outros. -----

-----Pedi de novo o uso da palavra o *deputado municipal Nuno Henriques* para subscrever o que disse o colega que o antecedeu no que se refere à educação para a saúde e também para lembrar que a Câmara Municipal tem vários técnicos na área da ação social qualificados para fazer um trabalho em parceria com a unidade de saúde do concelho, pois infelizmente como disse o delegado, a saúde pública é o parente pobre da saúde em Portugal.-----

-----Referiu-se novamente à questão dos transportes públicos, solicitando à autoridade de saúde e à sua equipa, que tem esse poder, a vigilância na questão da lotação e na oferta que tem que ser maior e também na salvaguarda no que se refere à limpeza e que tipo se está a fazer, pois tem a informação que aos sábados e domingos continua sem ser feita. Depois far-lhe-á chegar outros dados complementares para que possa agir em conformidade e para além do mais, também defende que não podem uns ser filhos, outros enteados, há que agir pois todos irão compreender porque é para o seu bem. -----

-----O *delegado de saúde pública do Concelho de Torres Vedras*, quanto ao que pode ser feito

em termos de comunicação, disse que podem alertar que o uso das máscaras vale saúde, mas também vale dinheiro e segurança, porque andam mais seguros na vida normal e não querem ter familiares infetados, por outro lado, acha que os torrienses estão alerta e estão informados, contudo houve um período grande em que estiveram confinados e com vontade de regressar à vida normal e portanto durante algumas semanas houve algum desprendimento e eventualmente falta de cuidado, mas como já disse, têm que se focar nos momentos críticos, pensando ser aí que conseguem reduzir e travar contágios secundários fora do seio familiar e são esses que se continuam a propagar. -----

-----Em relação ao desperdício das máscaras acha que é claramente uma questão de cidadania, para a qual devem alertar e chamar a atenção a comportamentos menos corretos, e alertar não é má educação, mas um favor que estão a fazer e deve ser assim entendido. -----

-----Quanto ao encerramento ou não do Modelo/Continente informou o deputado que a empresa Eugster&Frismag encerrou por decisão da própria administração, no entendimento que sem o seu corpo diretivo não havia capacidade de a fábrica laborar, não foi uma determinação sua. Fez o seu trabalho, isolando a pessoa com teste positivo e com quem teve contactos de alto risco, tendo corrido tudo bem sem registo sequer mais nenhum caso, ou seja, funcionou a estratégia. Quanto ao supermercado todos os 162 funcionários já foram testados novamente na quarta-feira e deram negativo. Acha que os torrienses ficaram emocionalmente ligados, por se tratar de um espaço conhecido que consideravam seguro, mas como médico de saúde pública, tem que ser altamente racional nas suas decisões que neste caso foram isolar e identificar contactos, alguns dos quais vieram a desenvolver sintomas e também já no isolamento foram testados, como já estavam em isolamento não contaminaram ninguém. Fez notar que encerrar o supermercado teria sido para ele o mais fácil, mas procuraram ativamente os casos para que as pessoas mantivessem o seu posto de trabalho nas condições de segurança e assim só foram trabalhar pessoas assintomáticas, método que será seguido em qualquer empresa. -----

-----O *deputado municipal* **Sérgio Jacinto** também saudou o Dr. Nuno Rodrigues e na sua pessoa saudou os profissionais de saúde neste momento difícil de todos e o ataque que têm feito o melhor possível a esta pandemia.-----

-----Disse que as palavras do delegado não o sossegaram, antes pelo contrário, não querendo criar nenhum tipo de alarmismo porque os números em Torres Vedras estão 80 vezes piores do que estavam em março e solicitou se podia de algum modo sossegá-los e dar-lhes mais previsão solicitando também um comentário como técnico sobre notícias de hoje, relativamente à criação no Instituto Molecular de uma máscara que pode ser reutilizável durante um ano, lavada uma vez por semana, a qual para além de evitar a propagação do vírus consegue em poucos segundos eliminá-lo. -----

-----O *deputado municipal Artur Narciso*, deu à pessoa do Dr. Nuno Rodrigues, em representação de todos os que têm participado no combate a esta pandemia os seus parabéns pelo trabalho que tem sido feito que não tem sido fácil e acaba por ser sempre uma corrida atrás do prejuízo, porque não sabem quem é o próximo infetado.-----

-----Reportando-se aos hipermercados, anotou que durante o período de emergência, uns mais do que outros tinham uma linha condutora muito interessante e um controlo efetivo das entradas num período em que tiveram sensivelmente no topo de 30 casos, mas neste momento com cerca de 90 casos ativos verifica que em muitas superfícies comerciais não tem havido essa preocupação, quando há uma maior probabilidade de contrair o vírus e a concentração de pessoas é maior do que era à sensivelmente 3 meses atrás. Deste modo gostaria de saber como pode contrariar esta situação como cliente.-----

-----Ainda em relação aos transportes públicos, concretamente às carreiras para Lisboa, sabe que continua a haver *layoff* na Barraqueiro que mete em causa as regras de segurança no que se refere ao distanciamento e se não deveriam pressionar a empresa para ter mais oferta.-----

-----A *deputada municipal Susana Neves* disse que o impacto da COVID-19 em termos de morbilidade e letalidade tem-se verificado em pessoas com mais de 65 anos com morbilidades, nomeadamente, doenças cardiovasculares, patologia respiratória crónica ou diabetes sendo que este grupo é encontrado superiormente nas estruturas residenciais para idosos e também serviços de apoio domiciliários, questionando que acompanhamento que tem sido feito a estas instituições e que procedimentos são feitos aos utentes que se mantêm num lar com um utente com teste positivo no hospital e ainda que medidas internas são tomadas até saírem os resultados dos testes dos respetivos utentes.-----

-----De novo no uso da palavra o *Dr. Nuno Rodrigues* transmitiu que em termos de risco no concelho neste momento há atividade epidémica e devem ter o máximo de precauções possíveis, mas espera uma estabilização do número de casos ou uma descida, porque têm os *clusters* controlados. Mas é uma maratona que implica um desgaste muito grande, um trabalho constante e de facto não pode sossegar os deputados municipais, pode, contudo, assegurar que as situações que surgem são tratadas, acompanhadas e controladas, sendo esta a garantia que pode dar ao plenário e que inclusive já solicitou reforço da sua equipa já a planear para o inverno um aumento de trabalho, que não sabe se vai acontecer. Os contágios têm vindo a diminuir e se for necessário agravar as medidas, a autoridade de saúde de Torres Vedras e o presidente da Câmara estão disponíveis para o fazer em articulação com o nível regional se for preciso, o que até ao momento não aconteceu. Resolvem os problemas com as pessoas e com trabalho, tendo sido o que têm feito sendo o que pode neste momento garantir, não sossega, mas conforta.-----

-----No que concerne às máscaras do Instituto Molecular não acha que seja por aí que vão

controlar esta epidemia, é útil, eventualmente será mais barato e minimiza a questão do toque das mãos nas máscaras, apesar de saberem neste momento que a transmissão por superfícies existe, mas não é muito relevante nas cadeias de transmissão, as quais são muito claras e acontecem em 90% dos casos por estarem sem máscara a menos de 2 metros doutras pessoas também sem máscara. Assim não acha que seja a solução ideal e única, mas é um contributo.-----

----Explicou que não é responsável pela questão colocada sobre as superfícies comerciais, mas no seu entender qualquer cidadão se achar que as regras estão a ser incumpridas, deve comunicar às autoridades policiais, quem pode fiscalizar. Nas superfícies que não cumpram as regras, espera que reportem às autoridades policiais e deixem de frequentar a mesma.-----

----Sobre os transportes públicos disse que não sabe se estão a cumprir os 2/3, mas se estiverem de máscara o risco diminuiu muito e devem usar sempre mascara nas viagens.-----

----Quanto aos procedimentos nas ERPI explicou que depois de identificado um idoso com sintomas é enviado para o hospital e testado e se o teste é positivo vão identificar no lar os contactos de alto risco, funcionários e utentes, os quais têm de ser colocados isolamento. Têm de ver qual é a fonte, mas neste momento a estratégia é testar todos e isolar e será a estratégia genérica, tendo presente que cada instituição tem os seus circuitos e os seus espaços o que implica sempre uma análise muito detalhada sendo por isso que precisam de alguns reforços para dedicar a estes sítios específicos que precisam de acompanhamento permanente.-----

----O *Presidente da Assembleia, José Augusto de Carvalho* agradeceu em nome da Assembleia a presença e as palavras esclarecedoras do delegado, que deu oportunidade a que alguns membros deste órgão colocassem questões que seguramente relevam e que são pertinentes na lógica do sentir as populações e por isso se tomar a iniciativa própria de os visitar noutra oportunidade a porta estará sempre aberta, numa lógica de interesse público. Deve prosseguir com essa determinação, entusiasmo, força e com esse espírito de serviço que tão bem o caracteriza.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----Período Antes da Ordem do Dia:-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

DOCUMENTO 1:-----

----Mail da deputada municipal Ana Rita Vilela Ribeiro de 18/06/2020 a informar que se encontrava ausente e a pedir a devida substituição, tendo sido convocado Artur Narciso que se encontrava presente.-----

DOCUMENTO 2:-----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI 169/99, DE 18/09, NA SUA ATUAL REDACÇÃO:-----

---- Mail da líder do grupo municipal do PCP de 21/07/2020 a informar que por questões de saúde a deputada municipal Ana Paula Mota vai ser substituída por Miguel Jorge Santos Samarão, que se encontrava presente. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

COMISSÃO PERMANENTE DE SAUDE - CENTRO DE SAÚDE DE TORRES VEDRAS: -----

----O *deputado municipal Rui Prudêncio* deu nota que por sua iniciativa a Comissão Permanente de Saúde da Assembleia Municipal solicitou uma reunião ao diretor executivo do ACES Oeste Sul com o objetivo único de obter dados concretos e objetivos sobre a capacidade do Centro de Saúde de Torres Vedras dar resposta às solicitações de cuidados médicos que lhes pareciam estar comprometidos, face ao crescente número de relatos de cidadãos torrienses que não conseguiam contactar com o centro de saúde, reunião que teve lugar no passado dia 26 de junho em que o diretor executivo se fez acompanhar pelo presidente do conselho clínico e pela responsável do gabinete do cidadão. -----

----Questões como dificuldades, quase inacessibilidade, contacto telefónico, consultas marcadas pelos meios eletrónicos e que eram na sua totalidade de imediato desmarcadas, dificuldades de contacto via *e-mail* em virtude da falta de competências informáticas da população mais idosa, eram, entre outras, o *feedback* que tinham dos torrienses, às quais tentaram obter respostas mas a verdade é que não conseguiram, apesar de nas semanas anteriores lhes terem sido solicitados por diversas vezes os temas que queriam abordar e os mesmos terem sido enviados.-----

----Convencidos que o diretor executivo seria o responsável máximo pela organização foram confrontados com o passar das explicações à responsável do dito gabinete de comunicação que “despejou” uma série de informação redundante sem qualquer valor para o que estava em causa e a tentativa por parte destes responsáveis em fazer passar uma narrativa de normalidade do que era a realidade no acesso aos cuidados de saúde, os deixaram com mais dúvidas e questões do que as respostas que procuravam. -----

----Salientou que as não respostas às questões da acessibilidade que colocaram fizeram ter maior convicção que o acesso poderia estar comprometido, para além disso a forma como foram confrontados com a ligeireza e normalidade, criou na comissão a convicção que estes dirigentes não estariam à altura das exigências do tempo em que vivem.-----

----Salientou ainda que desta reunião foi elaborado um relatório subscrito por unanimidade pelos membros da comissão, independentemente da orientação política de cada um, só isto já devia dizer qualquer coisa sobre a forma como se sentiram naquela reunião, tendo o mesmo sucedido no plenário, na apresentação das conclusões do dito relatório em que cada um expressou as suas preocupações sobre a forma como estava a ser gerido por parte da direção as questões da acessibilidade aos cuidados de saúde. Desde aí até hoje têm recebido alguma correspondência

por parte de alguns responsáveis clínicos dando nota do seu desconforto relativamente às palavras então proferidas, o que muito o espanta.-----

-----Reafirmou que em momento algum esteve em cima da mesa a qualidade dos cuidados médicos prestados e muito menos existiu qualquer tipo de referência aos profissionais de saúde, administrativos ou outros funcionários, aliás logo depois dos torrienses, são estes profissionais que estão no seu pensamento, preocupações e agradecimento por tudo o que fizeram e fazem diariamente em prol da saúde dos torrienses, tantas vezes em detrimento das suas vidas pessoais e deixou a sua homenagem a todos esses profissionais, que mesmo sem verem a direção resolver os problemas técnicos, organizacionais e humanos, que permitiria facilitar o seu trabalho e o acesso dos torrienses aos cuidados de saúde, tudo fizeram para que ninguém ficasse fora.-----

-----Mas, as dificuldades e os relatos que lhes chegaram fazem-lhe questionar se todos tiveram de facto acesso aos cuidados de saúde, e se dúvidas poderiam existir que a dita reunião foi pouco mais do que tratar os deputados municipais como meros ouvintes de notícias boas, como se uma mera conferência de imprensa se tratasse, essa dúvida fica agora dissipada uma vez que entretanto já fizeram chegar à comissão mais alguns elementos que irá analisar e que terão da sua parte a resposta exigível, aliás muito estranha que tudo o que lhes tenha chegado seja através da direção do concelho clínico e não do diretor executivo que é o responsável máximo para a resolução das dificuldades já elencadas.-----

-----Repetiu que não está, nem nunca esteve em questão a excelente atuação de todos os profissionais de saúde, administrativos ou outros que mesmo sem terem ao seu dispor as ferramentas necessárias para facilitar o seu trabalho, deram o que têm e o que não têm para prestar os melhores cuidados de saúde aos torrienses. Não pode, no entanto, deixar passar que o que vem na última correspondência do concelho clínico recebido por esta comissão, mais não é que uma velada ameaça aos membros desta Assembleia de lhes serem acionados processos judiciais pelas palavras aqui ditas em defesa dos torrienses que os elegeram para os representar. -

-----A seu ver seria bem melhor usarem o tempo, recursos financeiros e outros em encontrar soluções para resolver os problemas existentes, recrutar mais médicos, enfermeiros e auxiliares administrativos para dar a todos os torrienses o médico de família, e para os profissionais que hoje lá trabalham não serem sobrecarregados ao ponto de terem de usar o seu tempo pessoal para dar resposta aos doentes, a aquisição de uma central telefónica com linhas em quantidade para que ninguém fique impossibilitado de contactar o centro de saúde e respetivas unidades de saúde familiar, já que tem uma linha de telefone para 17 mil utentes, a reparação do sistema de ar condicionado, que obrigou por exemplo na passada semana ao encerramento de tratamentos em virtude do calor ser tanto que os pensos não colavam, resolver o sistema informático, que é tão lento que chega a ser mais rápido ao médico vir à sala de espera chamar o doente, do que o

tempo que leva a parecer o seu número no visor.-----

-----Por último deu nota que não tem cartão de saúde, não pertence a nenhum sistema de saúde, sendo utente do SNS na sua plenitude e que na sua defesa e na defesa de todos os que necessitam dele não se calará, e se a direção do ACES não tem capacidade de resolver estas e outras situações que limitam o acesso dos torrienses aos cuidados de saúde como tem acontecido até aqui, então resta-lhe dizer obviamente “demitam-se”.-----

-----O *deputado municipal António Carneiro* disse que tentou ser o primeiro a inscrever-se porque teme que tenha sido um dos causadores do mau estar junto do diretor do Centro de Saúde. Tem clara noção de que a sua intervenção foi extremamente contundente, mas justificada. Usou um plebeísmo que hoje reconhece, aliás, minutos depois estava a reconhecer que não foi feliz, nomeadamente porque se esqueceu que a sessão era pública, mas não se arrepende porque explicou o contexto do que dizia. -----

-----Agradeceu as informações que o presidente da Assembleia Municipal tem enviado sobre a troca de correspondência e aplaude a excelente intervenção do colega que o antecedeu, mas aquilo que disse no último dia exigindo responsabilidades, não tem a ver com as questões técnicas de funcionamento que deixa para a Comissão de Saúde, as quais foram hoje aqui bem explanadas e que já explicaram com um vastíssimo relatório. Geralmente esse tipo de conversa da “treta” é próprio das pessoas que se sentem incomodados, ou melhor que sentem que não têm razão. -----

-----Continuou dizendo que a sua intervenção naquele dia visou exclusivamente as respostas deselegantíssimas que foram dadas à Comissão de Saúde, a gozar com as pessoas, mantendo o que disse. Quaisquer que sejam os meios que aquele departamento tenha, a respostas daquelas diria o mesmo. Tem a ver com a falta de respeito, falta de educação de quem se julga superior e continua a pensar que enquanto alguns murros na mesa não forem dados neste país, muita gente pensará cada vez pior dos políticos. -----

-----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* em relação à saúde e nomeadamente a alguma polémica que tem surgido e que agora foi por demais evidente através das palavras do deputado municipal Rui Prudêncio, deu nota que o PSD tem participado indiscriminadamente com a colega Rita Sammer, titular na Comissão de Saúde, e por ele em diversas vezes, a qual tem tido genericamente como porta-voz o presidente da Assembleia Municipal.-----

-----Continuou dando nota que esta semana a comissão realizou reuniões, concertando posições e opiniões muitas vezes diferenciadas, onde o PSD participou e foi crítico em relação aos aspetos organizacionais, mas nunca pondo qualquer questão aos aspetos clínicos de quem quer que seja, médicos, enfermeiros ou outro pessoal, não procuram qualquer tipo de protagonismo, não pediram missão a ninguém, não querem lugares. Não querem, neste momento, fazer qualquer tipo de confronto. São duros e serão duros e só se revêm no presidente da Assembleia em relação a

posições públicas até de apresentação, nomeadamente, de documentos.-----

-----Deste modo achou um pouco insólito a participação quase extemporânea do colega Rui Prudêncio, a querer cavalgar algumas posições, que foram de certa forma antontem concertadas, mas que não estão ainda uniformizadas, nomeadamente em determinado tipo de respostas.-----

----- Também achou importante dar nota que o PSD não se revê em determinado tipo de situações embora tenha muitas dúvidas em relação aos procedimentos e às atitudes de alguns responsáveis nomeadamente do diretor executivo, mas não estão aqui contra nenhum setor de saúde. Para além do mais querem que a saúde dos torrienses seja cuidada e que não se percam consultas, que a organização seja acertada e portanto não fazem posições extremistas. São assertivos, duros eventualmente, corajosos, porem só se revêm em posições conjuntas evidentemente condicionadas e não em excertos que possam ser certos e também podiam fazer declarações protagonizantes, mas não o querem ser, querem ser parte da solução e não protagonistas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA 2027:-----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques* interveio no sentido de questionar como vai presença do município na capital europeia da cultura, candidatura que era para ser do concelho de Torres Vedras e agora é também de 26 concelhos, nomeadamente dos distritos de Leiria, Santarém e de Lisboa, sabendo que amanhã irão decorrer iniciativas em Alcanena e que já houve esta semana em Pedrogão.-----

-----O *presidente da Câmara* informou que o programa está de acordo com o calendarizado e a decorrer dentro da normalidade. Passaram ações que estavam previstas presencialmente para muito trabalho digital que está a ser desenvolvido neste momento no sentido a dar cada dia mais robustez à candidatura, à qual têm todo o gosto em fazer parte e estar nos corpos dirigente.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS COM FAMILIARES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO COM PELOUROS:-----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques* agradeceu a resposta sincera ao requerimento versando o assunto em título achando curioso, entre outros, um contrato de aquisição de serviços de obras criações artísticas e literárias para a Fábrica da Histórias, com Ana Maria da Silva Meireles Serafim, sogra da vereadora Ana Umbelino, tendo ido depois contar os milhares de euros adjudicados à sogra da vereadora, que não sendo ilegal pode ser imoral e por isso o PSD está cá para ser vigilante, e ele próprio nos próximos anos tentará sempre ser vigilante sobre estes assuntos.-----

-----Como foi citada a *vereadora Ana Umbelino* o presidente da Câmara pediu que, em defesa da honra, pudesse usar da palavra.-----

-----Devidamente autorizada a vereadora começou por agradecer a oportunidade de se poder defender das acusações de imoralidade que foram dirigidas a si e à escritora Ana Meireles. -----

-----Disse que este gesto, gera-lhe uma grande estupefação e perplexidade, porque de facto a colaboração da escritora Ana Meireles com a Fábrica das Histórias, Casa Jaime Umbelino sempre foi orgulhosa e assumidamente pública e por essa razão muito estranha que invocando funções de fiscalização, volvidos 10 anos de uma colaboração que sempre foi pública, estejam agora a serem feitas insinuações e lançadas suspeitas relativamente a esse processo. Considera legítima e louvável a atitude de fiscalização que os deputados devem ter, mas consultou informação documental ao longo deste período e nunca registou qualquer pedido de esclarecimento relativamente a esta matéria. -----

-----Acrescentou que as funções de direção artística, de curadoria ou a criação artística não é forçosamente passível da realização de concursos e de resto a nível do município de Torres Vedras existem vários exemplos de equipamentos culturais, em que a colaboração dos seus atuais responsáveis principiou precisamente por uma aquisição de serviços, semelhante à que foi feita com a escritora Ana Meireles. A galeria municipal é um exemplo cabal dessa opção e ao longo do tempo nunca o PSD se opôs a esta metodologia, e assim em coerência com ao padrão assumido pelo PSD no passado não há nada a apontar a não ser que exista um novo posicionamento que é legítima, mas então, deverá ser pelo princípio da transparência, tornado público. -----

-----Disse que se poderia colocar a questão da pessoa em causa não ter curriculum para assumir estas funções, assinalando que Ana Meireles, detém 2 licenciaturas e uma especialização em gestão cultural. A par disso foi professora durante 40 anos numa escola secundária em Torres Vedras, efetiva, e em paralelo no Externato Penafirme. Foi formadora do IFP, de inúmeras escolas profissionais, deu formação a professores e assim parece-lhe que do ponto de vista das qualificações e experiência profissional não há nada a apontar. -----

-----Acresce que ganhou vários prémios a nível da literatura, aliás como escritora foi primeiramente reconhecida a nível nacional e só depois local, tem vários livros publicados por editoras de referência e também premiados. Também foi autora de manuais escolares, pelo que tem um currículo que lhe parece irrepreensível e não lhe parece desajustado a estas funções. -----

-----Também disse que se poderia colocar que a remuneração, não obstante o método que foi escolhido e o curriculum da pessoa, era imoral. Fazendo as contas, através de uma aritmética simples, o valor auferido é inferior a de um técnico superior em início de carreira, pelo que não lhe parece que haja aqui nenhuma imoralidade, nem em relação ao método de seleção, nem em relação ao curriculum da pessoa nem ao valor que a mesma auferir. -----

-----Poder-se-ia também dizer que a pessoa tem sido incompetente, ou seja, que não tem trazido resultados significativos tendo em conta aquilo que era esperado do seu desempenho, mas os

dados quantitativos que são públicos, relativamente à atividade da Fábrica das Histórias, os públicos que impacta, o que desenvolve, desmentem precisamente essa afirmação, assim como o desmentem as avaliações que são feitas por professores, educadores, artistas premiados internacionalmente que têm exposto e por todos aqueles que são público deste equipamento cultural e por isso, como tal, não vê fundamento para este tipo de posicionamento.-----

-----Para terminar lamentou que uma pessoa com este curriculum, que inclusivamente dá nome a uma biblioteca num concelho vizinho, seja tratada desta maneira em Torres Vedras numa cidade onde formou professores, foi professora de umas centenas de alunos, que tem livros editados por editoras de referência e seja desta forma humilhada e espezinhada nesta Assembleia Municipal. --

----- Sabe que exerce funções públicas e está sujeita a ataques que não considera os mais adequados e tem que lidar com eles, mas acha lamentável que uma pessoa com este curriculum esteja a ser objeto de suspeição e seja designada como a “sogra da vereadora”. Uma pessoa que nasceu em 1952, quando a maioria das mulheres tinha uma baixa escolaridade, que acabou o liceu, foi estudar para Londres a expensas próprias, tem 2 licenciaturas, tem uma identidade própria é tratada como a sogra de alguém. Mulheres como Ana Meireles e outras deviam ser objeto de orgulho porque se o “senhor poeta” Nuno Henriques gosta tanto de evocar o 25 de abril, se calhar devia ter mais respeito por estas mulheres que se emanciparam e deram um contributo para afirmação das mulheres na sociedade. -----

----- Reputou de lamentável este gesto que envergonha pessoas que são do PSD, que já manifestaram o seu repúdio relativamente a esta atitude e uma vez que vários estudos demonstram a fraca confiança que existe nos políticos e nas instituições, considera que gestos como este, que são injustos, contribuem para isso. Deve ser feita uma fiscalização implacável, mas tacticismo político e usar pessoas que têm um curriculum irrepreensível não pode aceitar. -----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques* em defesa do bom nome e da clarividência do que foi dito, fez notar que nada apraz contra a pessoa. Recebeu um ofício do presidente da Câmara no dia 17/07, altura em que tomou conhecimento dos vários parentescos, entre os quais, este. -----

-----Disse ainda que já tinha levantado no plenário questões sobre alguns contratos que se estão a fazer, mas nada disse sobre a pessoa em causa, só que quando estão no exercício de funções políticas muitas vezes estão sujeitos a determinadas apreciações. Nada disse nem sobre o curriculum nem ninguém foi humilhado, agora politicamente sim. Ele por exemplo se tivesse uma sogra, um filho, fosse o que fosse, não faria um contrato diretamente se estivesse no município. São opções políticas de cada um, têm que respeitar como respeita a da vereadora. Foi muito claro e preciso, não é ilegal, mas não tomaria esta posição, contudo ninguém pôs em causa nem o mérito, nem o curriculum nem estão a discutir o trabalho feito. Tem a certeza que a maioria das pessoas do PSD também pensa assim, e neste momento com a liderança de Rui Rio que quer a

clarificação, certamente não o fariam. Outros fazem. São opções. Tudo muda, antigamente as missas eram em latim e hoje não são. Talvez Torres Vedras mude.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TURISMO – ANALISAR O PASSADO, PENSAR O PRESENTE E PREPARAR O FUTURO:-----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques* reportou-se à iniciativa em título, para a qual recebeu convite para referir que nas “boas vindas” assina Ana Umbelino, vereadora do turismo, quando devia ser o inverso e no “encerramento” só assina Ana Umbelino, pelo que não sabe se foi em nome pessoal, mas acha que para o encerramento do evento devia ter sido a pessoa mais importante do município – o presidente da Câmara - até pela sua formação académica, dentro das áreas do turismo.-----

-----O **presidente da Câmara** esclareceu que a Vereadora Ana Umbelino tem competência na área do turismo.-----

-----Face à resposta o *deputado municipal Nuno Henriques* interveio novamente para clarificar que não está em causa a delegação de competências, permitida pela Lei n.º 75/1203 de 12/09, que o edil fez aos seus vereadores. Como vem o nome em termos singulares no final de um encerramento, a sua pergunta foi no sentido de alertar que primeiro deve vir a função da pessoa e depois o nome, porque é uma representante democraticamente eleita dos munícipes, tendo aqui falhado a comunicação ou a agência de assessoria.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FUNCIONAMENTO DA EDP:-----

-----O *deputado municipal António Carneiro* interveio no sentido de dar nota da situação que se está a passar na EDP, que há 4 meses não faz a leitura dos contadores e manda *mails* para as pessoas a pedir a contagem, não estando a ser feito por falta de pessoal porque não tem dinheiro. Acha inadmissível uma empresa que deve prestar um serviço público alegue que não tem dinheiro por causa da pandemia.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SITUAÇÃO DA PANDEMIA COVID-19 – HOSPITAL DE TORRES VEDRAS:-----

-----O *deputado municipal João Rodrigues* disse que a pandemia a COVID-19 continua a lembrar-lhes todos os dias, o quão importante são os serviços de saúde públicos e como ainda estão longe de poder baixar a guarda. Com o desconfinamento progressivo verificou-se o crescimento da doença principalmente na área metropolitana de Lisboa, com a qual Torres Vedras tem estreita relação e se até ao final de abril o concelho parecia estar numa situação controlada, com menos de uma dezena de casos ativos, a partir de meados de maio assistiram a um aumento dos casos ativos e infelizmente de óbitos, o que não tinha acontecido até então. Agora quase no fim de julho, estão muito perto dos 100 casos ativos, tendo-se registado 5 óbitos e começam a

perder a imagem de concelho seguro que a autarquia tanto se esforçou por publicitar. -----

-----Prosseguiu dizendo que o combate a esta doença não pode ter tréguas sendo por isso fundamental não agir como se tudo tivesse terminado, antes pelo contrário, mantem-se a necessidade da manutenção e até o reforço de medidas de apoio e de segurança. O facto de não estarem em estado de emergência, não quer dizer que tudo tenha passado. O país continua a viver num clima de insegurança, não só pela ameaça da doença mas pelas suas consequências para as famílias, trabalhadores e empresas. Com o aproximar das campanhas da fruta e abertura das escolas, teria sido importante pensar atempadamente em formas de divulgar e implementar medidas de segurança específicas, bem como preparar a abertura dos estabelecimentos de ensino, situação que o BE, nesta Assembleia Municipal chamou atenção, mas que não teve eco no Grupo Municipal do PS, que agiu como se estas preocupações fossem desacerbadas, como se a pandemia de repente tivesse acabado sem que mais ninguém desse por isso.-----

-----Lembrou que na linha da frente desta batalha continuam os profissionais de saúde, que em todas as frentes tentam dar o seu melhor num hospital que tão maltratado tem sido, sem espaço, sem obras, com serviços a serem fechados ao longo dos anos. Sabem que merecem melhor e melhor é possível e que apesar de todas as dificuldades os trabalhadores e a administração do CHO, têm feito um esforço enorme para que o serviço prestado seja da melhor qualidade.-----

----- Reuniram com a administração e reconhecem todo o seu empenho, que permitiu que o Hospital de Torres Vedras se mantivesse a funcionar ao mesmo tempo que se criavam novas unidades de resposta. Sabem também o grande esforço que tem sido feito para que não falte material de proteção aos profissionais de saúde, no entanto não há como negar a falta de investimento, a falta de espaço e os insuficientes recursos humanos. Todos reconhecem os problemas do hospital e que irá ser necessária a construção de uma outra unidade, contudo, até lá, as unidades existentes devem ser mantidas a funcionar com orçamentos que permitam o investimento, condições dignas e os recursos humanos necessários. Torres Vedras merece um hospital com as melhores condições para prestar um serviço de qualidade. É uma prioridade que deve unir todos os torrienses. -----

-----O *deputado municipal João Pedro Gomes* indagou que medidas daquelas que a Câmara Municipal implementou ainda se mantêm e se estão previstas mais para combate à pandemia. Para além disso, e de acordo com as últimas instruções da DGS, relativamente à utilização de ar condicionado em espaços públicos, questionou se tem sido ligado no mercado municipal, se é seguro e se o sistema está a funcionar corretamente. -----

-----No que concerne ao estacionamento na cidade disse que receberam algumas queixas de cidadãos torrienses que no primeiro dia em que o pagamento foi reposto a partir das 9.00h, fizeram uma caça à multa completamente exagerada, quando deviam ter tido uma atitude

pedagógica e menos punitiva, tendo em conta a situação pandémica que atravessam. -----

----Quanto à situação nos transportes públicos frisou que o serviço que está a ser prestado não serve o concelho, pois há carreiras que não foram repostas, outras repostas, mas com periodicidade diferente daquela que estavam antes da pandemia e as pessoas estão a ser claramente prejudicadas. Há também informação que nas diretas para Lisboa não estão a ser cumpridos os 2/3 da lotação, e não há autocarros de desdobramento. Esta questão já foi abordada na Comissão de Mobilidade da Assembleia Municipal, mas era importante que o edil pudesse ter uma palavra junto do operador, que ainda está em *layoff* no sentido de tentar resolver este problema o mais rapidamente possível. -----

----O **presidente da Câmara** sobre o assunto em título e atentas as intervenções verificadas começou por dar nota que esta noite está a decorrer uma ação de sensibilização com a GNR e Proteção Civil no litoral do concelho, nas esplanadas, bares, cafés e restaurantes, passando uma mensagem de segurança para todo o território. -----

----Do ponto de vista da pandemia, os dados têm vindo a ter a sua evolução e todos os dias trabalham com esse objetivo. Assim estão já a preparar com os agrupamentos de escolas o próximo ano letivo e com os agricultores a campanha da apanha da fruta, num trabalho de sensibilização junto dos vários setores para capacitá-los com toda a informação disponível no combate à COVID-19 para que se possam sentir seguros em Torres Vedras. No que se refere ao mercado municipal informou que não tem sistema de AVAC, tem sistemas de ar condicionado individualizado em muitas das lojas. -----

----Quanto ao estacionamento deu nota que foi transmitido que a 1.ª semana seria de sensibilização junto dos condutores, pelo que se o deputado lhe trouxer as multas que ocorreram no período que citou terá todo o gosto em indagar. -----

----No tocante à oferta dos transportes públicos, fez notar que todas as semanas faz o ponto de situação com o operador local que lhe comunicou que a linha amarela do TUT foi repostada estando neste momento as 4 linhas a funcionar. Nas interurbanas também tem havido aumento gradual da oferta, não sendo ainda valências que gostariam, mas a ideia é encontrar novos mecanismos de oferta, nomeadamente em locais mais recônditos, através do transporte a pedido, processo que está a ser trabalhado pela autoridade de transportes para que possa chegar, em termos de rede, a quem necessita. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PARQUE MUNICIPAL SANTA CRUZ: -----

----A *deputada municipal Teresa Oliveira* questionou qual o ponto de situação das obras do parque municipal em título. -----

----O **presidente da Câmara** esclareceu que o projeto do parque municipal de Santa Cruz foi

reformulado e será presente a curto prazo ao Executivo Municipal para deliberar sobre a abertura de novo concurso.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LAVAGEM DE CONTENTORES DE RSU:-----

-----A *deputada municipal Teresa Oliveira*, relativamente ao projeto que foi apresentado na última sessão da lavagem de contentores questionou se já começou a funcionar, porque as pessoas principalmente nas aldeias queixam-se do cheiro e que não têm sido lavados, e quando são a água vai correndo pelas estradas.-----

-----O **presidente da Câmara** informou que a lavagem dos contentores já teve início, sendo feita em função das disponibilidades do setor.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ESPAÇOS VERDES NA CIDADE:-----

-----A *deputada municipal Teresa Oliveira* aludiu à empresa privada que continua a tratar dos espaços verdes, questionou o presidente da Câmara qual o motivo porque de um dia para o outro, os espaços verdes na cidade e nas freguesias que eram tratados por funcionários da autarquia agora estão a ser por empresas privados pois não percebeu a resposta dada pelo edil noutra sessão.-----

-----O **presidente da Câmara** explicou que a gestão dos espaços verdes é feita através de uma delegação de competências nas juntas de freguesia e a autarquia ao dia de hoje apenas é responsável pelo Choupal, Várzea e zonas envolventes. Quanto aos demais, cabe às juntas, através de administração direta ou contratando empresas, o que a seu ver funciona como um estímulo à criação de novas empresas nesta área e de emprego, julgando que tem sido uma medida importante.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

REDE DE PERCURSOS PEDONAIS:-----

-----Relativamente à rede de percursos pedonais de Torres Vedras, plano que começou a ser executado há pouco tempo, a *deputada municipal Teresa Oliveira* disse que tentou ver se havia mapa, mas não encontrou e não sabe quais são os 4 percursos pedonais prioritários. Para além disso também gostava de saber qual foi o estudo para fazer estes como prioritários.-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* saudou o início da rede de percursos pedonais e recordou a presença dos membros da TnL, Katty Batistas e Pedro Lopes, numa sessão desta Assembleia Municipal onde, de viva voz, explicaram e demonstraram a necessidade que estes percursos têm para todos os cidadãos em geral e para aqueles que têm menor mobilidade, em particular.-----

-----O **presidente da Câmara** informou que a rede percursos pedonais está inserida nas

prioridades elencadas na relação entre os PCCs que estão instalados na Praça da Liberdade e fazem todo um percurso pedonal de ligação às escolas, quer à S. Gonçalo, quer à Henriques, Nogueira, atravessando várias ruas da cidade.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CAMINHO DE ACESSO ÀS HABITAÇÕES AO CASAL DA CRUZ NO VARATOJO:-----

-----A *deputada municipal Teresa Oliveira*, reportou-se ao caminho em epígrafe que sofreu intervenções dos SMAS que acabaram por volta de março, mas que continua por arranjar. Acrescentou que é preocupante porque o Badaladas de 7/02 diz que o caminho já foi reabilitado e no de 7/06 continua a não prever a sua reabilitação, pelo que não sabe se há algum engano. -----

-----O **presidente da câmara** disse que o acesso está para ser reparado e tomou em devida nota.

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LINHA DO OESTE:-----

----- A *deputada municipal Teresa Oliveira* lembrou que na sessão anterior o PCP retirou uma moção sobre a linha do Oeste, porque disseram que já tinham sido assinados diversos protocolos, mas um artigo do jornal “Público” de 23 de julho informa de que de facto o governo e o ministro Pedro Nuno Santos têm empurrado “com a barriga”, sem se comprometerem com uma data concreta. Assim se fosse possível queria apresentar novamente aquela moção, e se não for possível apresentará em setembro.-----

-----Sobre este assunto pronunciou-se o *deputado municipal Sérgio Jacinto* questionando que novidade lhe pode dar o edil. -----

-----O **presidente da Câmara** disse que mantinha aquilo que disse na última Assembleia informando que o troço Meleças /Torres Vedras aguarda o visto do Tribunal de Contas e que está para breve o lançamento do concurso Torres Vedras/Caldas da Rainha.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CARNAVAL 2021:-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto*, ouvidas as explicações do Dr. Nuno Rodrigues há pouco e sabendo todos o quão importante é o Carnaval para Torres Vedras, município e região disse ser tempo de perguntar diretamente ao presidente da Câmara que diga a esta Assembleia, para tranquilidade e para programação da vida de muitos milhares de torrienses, qual a data limite para uma decisão definitiva acerca dos moldes como o mesmo irá funcionar e até quando tem que tomar a decisão. -----

-----O **presidente da Câmara** disse que hoje não estava em condições de se pronunciar em relação ao Carnaval, todavia a seu tempo hão-de ver as condições para tal com toda a sensatez e com todos os dados que tenham disponíveis para a tomada de decisão.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AMIANTO NAS ESCOLAS DO CONCELHO:-----

----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* questionou como está a remoção do amianto nas escolas, responsabilidade do município.-----

----A esta questão o *presidente da Câmara* respondeu que o processo concursal para a remoção em 10 edifícios será presente ao Executivo na sua reunião de 4 de agosto e que hoje fizeram a consignação da escola 2/3 da Freiria, onde também está previsto a remoção do amianto, perfazendo 11 escolas no total.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CRIAÇÃO DE PEQUENOS CANIS NAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO:-----

----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* disse que não era demais recordar a saúde e o bem-estar a nível animal, sendo importante recordar a proposta que o TnL fez acerca da criação de pequenos canis nas freguesias do município. Pensa que seria uma forma de tornar isso mais próximo dos cidadãos e de os mesmos terem uma maior responsabilidade cívica para este problema que não tem tendência para melhorar.-----

----O *presidente da Câmara* deu nota que existe no concelho uma associação local - a APA - que tem feito um excelente trabalho e o canil municipal, duas infraestruturas que têm permitido garantir o bem-estar e a qualidade de vida dos animais do concelho, sendo um caminho que têm feito de referência e são reconhecidos por isso.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRAÇA 25 DE ABRIL:-----

----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* disse que o TnL não está nada descansado com o início da adjudicação das obras na Praça 25 de abril.-----

----Sobre as obras no Jardim da Graça o *presidente da Câmara* manifestou que era sempre preocupação quando entram em obra, esperando que esta possa decorrer dentro de toda a normalidade.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----Período da Ordem do dia:-----

1 - PROPOSTA N.º 14/AM/2020 – VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES:-----

----O *presidente da Mesa* anunciou que faria um breve resumo dos documentos entregues na mesa ao abrigo deste ponto, sem prejuízo de poderem ser alvo de uma breve apresentação pelos seus proponentes:-----

RECOMENDAÇÃO: ATRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA E RESÍDUOS SÓLIDOS:-----

----Considerando que:-----

----1.A Câmara Municipal, deve trabalhar de forma a melhor responder às carências sociais e

económicas da população mais fragilizada, de forma a minimizar a injustiça social;

-----2.Muitas famílias se encontram em situação de carência económica, agora, mais evidenciada pelos efeitos económicos e sociais da pandemia COVID-19-19, que ainda vivemos, situação que faz com que muitas delas tenham dificuldades em cumprir o pagamento das despesas fixas, nomeadamente, a fatura da água; -----

-----3.A instituição da Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos foi uma medida importante para muitas famílias carenciadas do concelho, isentando-as do pagamento de tarifas fixas e aumentando o volume de água atribuído ao primeiro escalão de consumo; -----

-----4.O processo para a aplicação desta tarifa social é, excessivamente moroso, complexo e burocrático. Para além de que, sendo de atribuição manual, depende da iniciativa do consumidor, que nem sempre tem conhecimento das medidas sociais a que tem direito. Situação que se traduz num número de beneficiários inferior ao universo potencial de pessoas singulares e agregados familiares elegíveis para esta tarifa de valor reduzido; -----

-----5.Tal como já acontece para a aplicação automática da Tarifa Social da Eletricidade, a Direção Geral da Administração Local disponibiliza a Plataforma de Interoperabilidade, um mecanismo público que permite a aplicação automática do desconto da tarifa social nas faturas de todos os agregados com vulnerabilidade económica identificados no município com base nos dados da Autoridade Tributária e da Segurança Social. -----

-----6.A Entidade Reguladora dos Setores da Água e Resíduos (ERSAR), já em 2018, emitiu uma recomendação aos municípios (Recomendação ERSAR n.º 02/2018), onde realçou: a clara vantagem para as partes envolvidas, da atribuição automática da tarifa social a todos os consumidores elegíveis nos termos legalmente definidos, e que correspondem a pessoas singulares que se encontrem em situação de carência económica, tomando por referência, nomeadamente: i) serem beneficiários do complemento solidário para idosos, do rendimento social de inserção, do subsídio social de desemprego, do abono de família, da pensão social de invalidez, da pensão social de velhice ou ii) pertencerem a um agregado familiar que tenha um rendimento anual igual ou inferior a 5 808 €, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não aufera qualquer rendimento, até ao máximo de 10. -----

-----7.A ERSAR, referiu ainda que, o abastecimento público de água e a gestão de resíduos urbanos são ambos serviços públicos essenciais, logo, devem ser-lhes aplicadas as mesmas regras aquando da atribuição da tarifa social; -----

-----8.O Decreto-Lei n.º 147/2017, que estabeleceu o regime de atribuição de tarifa social, dá competência aos mesmos, para a atribuir pelo município, territorialmente competente e, a aplicar a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas. O referido decreto possibilita que a atribuição desta tarifa se proceda de forma automática, não carecendo de pedido ou requerimento.

Para esse efeito, os municípios obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), que, para este efeito, consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT); -----

-----9.A automatização da Tarifa Social da Água poderá beneficiar até 5845 agregados familiares no concelho de Torres Vedras, de acordo com a tabela atualizada a março de 2020 pela Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) e que espelha o universo de beneficiários da tarifa social de energia (já atribuída de forma automática). -----

-----10.Atualmente, de acordo com os dados disponíveis no site da CMTV, estão a beneficiar da tarifa social da água, 1133 agregados familiares. Fica patente a vantagem em automatizar esta atribuição, abandonando um modelo burocrático que depende de um pedido expresso, dado que o sistema utilizado pelo S Mastv, deixa de fora 4712 famílias. (o número de agregados familiares potencialmente beneficiários da Tarifa Social da Água, pode ser estimado através dos dados dos atuais beneficiários da Tarifa Social da Energia por concelho, uma vez que a automatização implica que o município use os mesmos critérios de atribuição da Tarifa Social da Energia para a atribuição da Tarifa Social da Água). -----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida a 24 de julho de 2020, recomenda à Câmara Municipal de Torres Vedras que:-----

-----Proceda às diligências necessárias, em conjunto com o S Mastv para a atribuição da Tarifa Social da Água automática através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017. -----

-----Torres Vedras, 24 de julho de 2020-----

-----João Rodrigues - Deputado Municipal do Bloco de Esquerda”-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* disse que TnL está de acordo que se simplifique o pedido, mas não com a atribuição automática, porque as pessoas devem conservar as suas liberdades, entre as quais a de não pretenderem beneficiar deste tipo de apoios sociais.-----

-----O *deputado municipal Jacinto Leandro* interveio no sentido de salientar que após entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 147/2017, e de uma análise exaustiva do mesmo, o Conselho de Administração SMAS propôs à Câmara Municipal manter a apresentação de requerimento para atribuição da tarifa social da água uma vez que essa isenção já era feita em relação à tarifa fixa e em relação ao primeiro escalão da tarifa variável, para além de terem entendido que o cidadão era mais beneficiado do que fosse automático e dava mais garantias nos valores auferidos do que os configurados pelo citado decreto-lei. Assim acharam que não deve ser automatizado, podendo eventualmente haver mais divulgação por parte dos SMAS e das juntas de freguesia aos cidadãos

dos benefícios que estão disponíveis, mas como o regime existente é mais benéfico para a população, o PS vai votar contra -----

----A *deputada municipal Rita Sammer*, disse que o grupo municipal do PSD concorda com o objeto da moção. Percebem que a água é um bem que se paga muito caro e o seu consumo aumentou durante a pandemia e não lhe parece que tenha havido um reflexo significativo na redução do valor das faturas. Assim, se estes dados são fidedignos, e estão a falar de 5845 agregados familiares, nada têm a opor mas solicitou que o proponente esclarecesse sobre os mesmos que ajudava a decidir o sentido de voto desta força partidária. -----

----O *deputado municipal e proponente da moção João Rodrigues*, explicou que os números estão plasmados no ponto 9 e 10 da recomendação, seguindo um método simples copiado pela aplicação automática da Tarifa Social da Eletricidade da EDP em todo o país. -----

----A Assembleia Municipal deliberou por maioria, de 25 votos contra e 8 votos a favor reprovando a recomendação em título. -----

----Votaram a favor, Maria Teresa Oliveira, Miguel Samarão, João Rodrigues Rita Sammer, Luís Carlos Lopes, Dina Almeida, Pedro Vaza e Ana Fiéis.-----

----Encontravam-se ausentes da sala, João Pedro Gomes, Rui Prudêncio, Francisco Martins, Nuno Henriques, António Moreira e Marta Geraldês.-----

RECOMENDAÇÃO – ARRANJOS DA ROTUNDA DA VILA NOVA DA ESPERA: -----

----“Considerando que as obras da reabilitação da E.N.9 entre o Km 68,000 em Torres Vedras e o Km 82,600 em Merceana estão na fase final da empreitada; -----

----Considerando que a rotunda e arranjo envolvente, localizados no entroncamento com a E.N.248, na Vila Nova da Espera-Runa, freguesia de Dois Portos e Runa, encontra-se quase concluída, sem qualquer objeto previsto para ocupação do interior da rotunda;-----

----Considerando que nas décadas de 60 e 70 o Grupo Desportivo de Runa ficou conhecido no País por ter alcançado sete Campeonatos Nacionais consecutivos na modalidade de Luta GrecoRomana, honrando a localidade de Runa e o Concelho de Torres Vedras; -----

----Considerando que não existe qualquer referência a tal feito é de toda a justiça que se preste homenagem aos atletas, dirigentes e ao Clube para memória futura.-----

----Assim sendo, recomenda-se à Câmara Municipal que: -----

----1.Diligencie junto às Infraestruturas de Portugal, SA., o respetivo licenciamento para implantação do objeto/referência em anexo; -----

----2.Elabore o projeto de execução tendo por base o estudo-prévio apresentado no anexo;-----

----3.Execute a obra até à conclusão final dos trabalhos de reabilitação da E.N.9 entre Torres Vedras e Merceana. -----

----Torres Vedras, 20 de julho 2020. -----

-----O deputado municipal proponente - José António Vale Paulos.”-----

-----O **proponente** fez uma breve apresentação e acrescentou algumas alterações à recomendação quanto aos pontos 2 e 3 que ficariam com a seguinte redação:-----

-----“2 - Elabore o projeto de execução, sem prejuízo de recorrer ao apoio artístico, tendo por base o estudo-prévio apresentado no anexo para valorização do mesmo; -----

-----3 - Execute a obra até à conclusão final dos trabalhos de reabilitação da E.N.9 entre Torres Vedras e Merceana, devendo incluir uma placa descritiva do objeto colocado no exterior da rotunda em condições superiores de segurança, nomeadamente no espaço livre envolvente.”-----

-----Por último informou que tinha sido dado conhecimento desta recomendação à junta de freguesia e à Comissão Eventual de Transportes e Mobilidade que aceitou que a mesma faça parte do relatório.-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* frisou que o grupo municipal do PSD nada tem a opor, e vai votar a favor pese embora verificar que a recomendação não cumpre alguns pressupostos que o PS tem sacado a outras apresentadas por outras forças políticas, desde logo quanto ao custo. Não ficou claro quem é o autor do estudo prévio assim como também não ficou claro qual é a intervenção da Assembleia Municipal, parecendo-lhe que a Câmara Municipal já teria tido alguma intervenção nesta intenção e se assim é qual a necessidade de vir à Assembleia Municipal para que avance.-----

-----O *deputado municipal Vale Paulos* explicou que se trata de uma ideia sua e sendo apenas uma ideia não tem orçamento, embora saiba que em termos financeiros é uma solução simples, barata e ao alcance do município, que poderá recorrer a apoio artístico para a valorização do objeto e então aferir os custos. -----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* fez notar ser importante que a dita obra de arte tenha legenda com cores referenciadas, sob pena de as pessoas não a interpretarem convenientemente, aproveitando para apelar que o mesmo se faça nas várias rotundas do concelho.-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* saudou uma ideia que pensa ser justa, pois Runa merece assim como os lutadores que fizeram história e o CDS irá votar a favor.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 34 votos a favor e 2 abstenções aprovar a recomendação em título.-----

-----Anota-se que se abstiveram os deputados municipais do PCP, Maria Teresa Oliveira e Miguel Samarão e não se encontravam na sala Celso Carvalho, Nuno Pinto e Francisco Martins.-----

MOÇÃO – RECONHECIMENTO E INTEGRAÇÃO DOS SERVIÇOS FARMACÉUTICOS NO SNS:

-----“A situação de exceção devida à pandemia do COVID-19-19 causou constrangimentos impensáveis na área da saúde no que refere à acessibilidade aos cuidados de saúde primários. Por todo o país, muitos centros de saúde encerraram temporariamente, outros ficaram apenas

dedicados ao COVID-19-19, impossibilitando muitos portugueses de acederem a consultas de avaliação e renovação da terapêutica. -----

----Em simultâneo, a rede de farmácias espalhada pelo país, assegurou desde o primeiro dia, a manutenção dos serviços de proximidade necessários para servir os cidadãos. E, porque a situação era de emergência, foi-lhes solicitado a prestação de serviços em articulação com centros hospitalares e unidades de saúde, tais como dispensa de medicamentos hospitalares, provando mais uma vez a sua competência e capacidade. -----

----Assim: -----

----1-verificando-se que todos esses serviços de dispensa de proximidade constituíram uma mais valia para o SNS, libertando muitas unidades hospitalares para casos verdadeiramente urgentes e evitando deslocações desnecessárias de cidadãos;-----

----2-tendo já sido contabilizado o acréscimo da taxa vacinal decorrente da intervenção das farmácias do concelho de Loures (aumento de 30%) durante os 2 anos de projeto piloto; -----

----3-contabilizando o número de utentes que conseguiram a renovação da sua prescrição através da intervenção útil e eficaz das farmácias comunitárias;-----

----4-dado que as farmácias são entidades privadas, que desde sempre têm como principal interlocutor o próprio estado; -----

----Os membros da Assembleia Municipal, reunidos em reunião extraordinária no dia 24/07/2020 deliberaram: -----

----1- Que seja enviada ao Ministério da Saúde, ao Infarmed, à DGS, e às diferentes ARS's, e no pressuposto de um reconhecimento de todas as intervenções das farmácias nos serviços de saúde de proximidade, que tanto contribuem para a sustentabilidade do sistema de saúde português, uma proposta de integração de todos estes serviços no Serviço Nacional de Saúde, concretamente:-----

----a Vacinação sazonal – terminando com o projeto piloto e alargando-o a todo o país. -----

----a Dispensa de Medicamentos Hospitalares a doentes estabilizados nas farmácias comunitárias. -----

----a Renovação da Prescrição Terapêutica contribuindo deste modo para desanuviar as unidades de saúde de cuidados primários. -----

----Torres Vedras 24 de Julho 2020. -----

----Maria Manuela Pacheco - Deputada Municipal do Partido Socialista.” -----

----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a moção em título. -----

MOÇÃO - UTILIZAR ÁGUA NA REGA SEM SER DA REDE DE ABASTECIMENTO PÚBLICO:

----“Sendo a água um bem precioso e de primeiríssima necessidade, o abastecimento público às populações deve de merecer especiais atenções quer em termos da sua qualidade, quer também,

e não menos importante, promovendo o seu uso regrado e evitando desperdícios e consumo para uso diverso daquele que pressupõe a sua finalidade. No nosso concelho vimos assistindo desde há muito ao uso da água própria para consumo humano para a rega de espaços verdes e jardins a cargo das autarquias. Vários são os exemplos que poderiam ser enumerados mas o que se passa na freguesia da Silveira, nomeadamente em Santa Cruz, em que a água abundante, não tratada, existente à superfície, não é aproveitada para a rega e, em contrapartida, toda a rega dos espaços verdes e jardins da freguesia é efetuada com a água da rede de abastecimento público (tratada para consumo humano).-----

-----O consumo de água da rede pública de abastecimento para fins de rega de espaços públicos, para além de todos os custos associados que acarreta, não se justifica sobretudo quando existem alternativas disponíveis ou, quando mediante um investimento reduzido e reprodutivo, é possível fazê-lo sem utilização da água da rede de abastecimento público.-----

-----Assim a Assembleia Municipal de Torres Vedras reunida em Plenário a 24 de Julho de 2020 recomenda que:-----

----- A Câmara Municipal e demais autarquias e outras entidades deixem de usar a água de abastecimento público para rega dos espaços verdes e jardins sempre que existir possibilidade de recurso a outras fontes de água, tomando as medidas necessárias ao efetivo cumprimento desta determinação;-----

----- A Câmara Municipal proceda aos investimentos necessários para que no mais curto espaço de tempo possível seja disponibilizada água para rega dos espaços verdes.-----

-----Torres Vedras, 24 de Julho de 2020.-----

-----Grupo Municipal do Partido Comunista Português.”-----

-----O *deputado municipal Jacinto Leandro* tendo em conta que não deixa de ser pertinente a preocupação expressa na recomendação em discussão e sabendo que a autarquia já está a envidar esforços neste sentido, o grupo municipal do PS iria viabilizar a sua aprovação.-----

-----O *deputado municipal João Rodrigues* disse que o BE no âmbito de um pacote de medidas de resposta à urgência climática defendeu e propôs por duas vezes no passado a remoção dos relvados inúteis de forma a acabar com o desperdício hídrico. Desta forma aprovam a recomendação porque vai permitir um menor desperdício de água, embora entendam que é necessário ir mais longe diminuindo as áreas de relvas, pois trata-se de uma planta que necessita de grandes quantidades de água para a sua manutenção.-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* reconheceu que se trata de uma proposta carregada de boa intenção, mas têm dúvidas na exequibilidade da mesma a nível técnico, pelo que o CDS-PP vai abster-se.-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* manifestou a concordância do PSD com o princípio, pois

a água é um bem escasso e tem que ser bem gerido, percebem que é claramente um desperdício também são favoráveis a uma alteração destes procedimentos, mas também têm dúvidas quanto à forma como se poderá concretizar. Vão votar a favor, no entanto teme, de acordo com a intervenção do deputado municipal Jacinto Leandro que fique muito ao sabor de alguma disponibilidade pontual e que não seja assumido como um desígnio e alvo de investimento. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 34 votos a favor e 2 abstenções aprovar a moção em título. -----

-----Anota-se que se abstiveram Pedro Castelo e João Pedro Gomes e encontravam-se ausentes Luís Carlos Lopes, Nuno Henriques e Nuno Pinto. -----

RECOMENDAÇÃO - AGOSTINHAS ACESSÍVEIS E GRATUITAS PARA A POPULAÇÃO:

-----Considerando que: -----

-----1.O executivo camarário tem vindo a desenvolver esforços para tornar a cidade de Torres Vedras mais segura para todos aqueles e aquelas que utilizam a bicicleta como meio de transporte.-----

-----2.O projeto das Agostinhas tem vindo a ser expandido continuamente, o que demonstra uma aposta da Câmara Municipal em proporcionar alternativas sustentáveis de mobilidade a um crescente número de pessoas. -----

-----3.Os serviços de bicicletas partilhadas aumentam as alternativas de mobilidade sustentável nas cidades. -----

-----4.A necessidade de um registo presencial pode ser um entrave à necessidade imediata e à primeira utilização do serviço. -----

-----5.O horário de utilização do serviço impede que as bicicletas sejam utilizadas no período noturno. Assim como por quem precise de se deslocar cedo para o trabalho.-----

-----6.Já nesta Assembleia foi aprovada a recomendação de criação de alternativa ao método de inscrição presencial, adotando, por exemplo, uma plataforma eletrónica e uma aplicação para os dispositivos móveis, que permita o registo para a utilização do serviço.-----

-----7.Também nesta sede foi aprovada a recomendação de prolongamento horário de utilização das bicicletas, sem limitações. -----

-----8.Os meios de transporte públicos devem caminhar para a simplificação, universalidade e gratuidade, assumindo-se como alternativa ao transporte individual.-----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida a 24 de julho de 2020, recomenda à Câmara Municipal de Torres Vedras que:-----

-----Remova quaisquer custos de adesão ao serviço, para toda a população, de forma a que o investimento que tem realizado em infraestruturas de apoio à circulação seja compatível com uma real política de incentivo à utilização da bicicleta como meio de transporte.-----

-----Torres Vedras, 24 de julho de 2020.-----

-----João Rodrigues - Deputado Municipal do Bloco de Esquerda.-----

-----Atendendo à matéria em questão o *deputado municipal António Carneiro*, disse que irá votar contra pois não concorda o princípio da gratuidade apesar de haver questões de ordem técnica que subscreve e não pensa que o valor em causa seja inibidor da sua utilização. Compreende a bondade da intenção, mas acha que tem que haver algum bom senso.-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* também se manifestou em desacordo com o princípio da gratuidade, já que o que é gratuito não é valorizado e portanto gratuito não, mais acessível claramente, com prolongamento de horários, simplificação do modo de adesão e de utilização e inclusivamente incrementação de mais veículos elétricos e proporcionar que as mesmas tenham uma utilização menos lúdica e menos juvenil e mais profissional e adulta, ou seja que não se tenham as agostinhas só para os “meninos” se divertirem-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* disse concordar que a Promotorres poderá rever o horário das agostinhas, mas o CDS é um partido que defende a ótica do utilizador/pagador.-----

-----O *presidente da Câmara* esclareceu que existem cerca de 3400 utilizadores, número que incluiu a isenção para alunos a partir dos 14 anos que residam na cidade e os seniores que fazem parte do desporto sénior. Acrescentou que a anuidade é de €10,00, valor que corresponde ao seguro e que estão a desenvolver uma “app” para uma gestão mais facilitadora do modelo. Quanto ao horário considera que o mais ajustado é das 7.00h às 22.00h, achando que para além dessa hora vão ter problemas, o que não acontece presentemente pois tem havido um respeito enorme na sua utilização.-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* agradeceu a intervenção esclarecedora do edil que vai de encontro à tomada de posição do PSD, pois também não concordam com a gratuidade como princípio, parecendo-lhes ajustadas as isenções que estão a ser feitas e nesse sentido também não podem votar favoravelmente a recomendação.-----

-----A Assembleia Municipal reprovou, com 33 votos contra, 2 abstenções e 1 voto a favor a recomendação acima transcrita.-----

-----Anota-se que votou a favor João Rodrigues, abstiveram-se Maria Teresa Oliveira e Miguel Samarão e não se encontravam na sala Nuno Almeida, Nuno Cosme e Luís Pedro Silva.-----

RECOMENDAÇÃO - CRIAÇÃO DE UMA ALTERNATIVA DE ESTACIONAMENTO PARA OS FUNCIONÁRIOS DO HOSPITAL DE TORRES VEDRAS:-----

-----Considerando que:-----

-----1.A pandemia provocada pela COVID-19 obrigou os serviços de saúde a se adaptarem rapidamente, de forma a melhor dar resposta à crescente procura, como por exemplo, criando vários circuitos de deslocação interna e novos serviços dedicados à doença.-----

-----2.A escassez de recursos humanos tenha sido atenuada pela supressão das férias dos profissionais e o facto de deixarem de realizar prestações de serviço noutras unidades de saúde, bem como, com a abertura de concursos para a contratação de profissionais como enfermeiros e auxiliares de ação médica.-----

-----3.A criação de serviços e respostas dedicadas à doença necessita, para além de recursos humanos, de espaço físico onde se possam desenvolver.-----

-----4.O Hospital de Torres Vedras, tem pouco espaço para onde se pode expandir, sem sacrificar outras valências. No entanto, como forma de dar resposta às necessidades de espaço físico, o Hospital procedeu à instalação de várias unidades de contentores no parque de estacionamento, onde se encontra a funcionar o serviço de consulta externa, enquanto o espaço onde este estava instalado no hospital serve, de momento, como unidade de Urgência a doentes COVID-19.-----

-----5.A instalação destes contentores sacrificou vários lugares estacionamento, contribuindo para um maior *stress* dos profissionais que se deslocam de carro para o hospital e passam a ter de despende mais tempo na procura de outros locais de estacionamento, bem como, aumentando o tempo de deslocação até ao seu local de trabalho.-----

-----6.Os profissionais de saúde, para além de palmas e de campeonatos de futebol, merecem ser valorizados com carreiras e salários dignos. Não estando isso ao alcance desta assembleia, devemos, pelo menos, mudar aquilo que podemos mudar e melhorar.-----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida a 24 de julho de 2020, recomenda à Câmara Municipal de Torres Vedras que:-----

-----Produza e entregue a todos os funcionários do Hospital de Torres Vedras, credenciais que isentem de pagamento do estacionamento na cidade.-----

-----Desta forma, a Câmara Municipal apoia não só os funcionários, como a administração do CHO, que passa a ter mais espaço útil, caso sinta ser necessário expandir o número de contentores afeto a serviços de prestação de cuidados.-----

-----Torres Vedras, 24 de julho de 2020.-----

-----João Rodrigues - Deputado Municipal do Bloco de Esquerda.”-----

-----O *deputado municipal Jacinto Leandro* defendeu que por mais que valorizem os profissionais de saúde, que nestes últimos tempos têm sido por demais fustigados, também nesta recomendação subsiste uma questão de princípio e de equidade com trabalhadores de outros setores. Tem que haver regras no estacionamento e não podem ser abertas exceções avulsas, assim e perante as razões apontadas o grupo municipal do PS não pode votar a favor.-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* de igual forma referiu que o PSD, também reconhecendo o trabalho importante que os profissionais de saúde tiveram e continuam a ter, por outro lado também não concordam com a isenção proposta “na cidade”, mas seriam favoráveis à criação de

uma bolsa que substituísse temporariamente o espaço que está agora ocupado, naquele estacionamento lateral que pertence à autarquia, mas não uma medida alargada de estacionamento gratuito na cidade sem especificação. -----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* anotou que este tipo de recomendação é perigoso porque desde logo abre um precedente e trata cidadãos respeitáveis e ainda mais neste período que vivem, de forma completamente desmesurada em relação a todos os outros. Para além disso e tendo ideia que a Praça Francisco Sá Carneiro, no parque mais próximo da APECI é isenta de pagamento, ficaria resolvida a questão como sugeriu a colega que o antecedeu, não só agora neste período excecional como futuramente. Isentar na cidade toda, iria acarretar que muitas outras classes profissionais iriam reclamar o mesmo. -----

-----Também sobre este assunto o *deputado municipal Pedro Castelo* especificou que o CDS não se revê minimamente nesta proposta, que provoca grandes discriminações e é perigosa. De facto ultimamente o BE tem trazido ao plenário propostas muito difíceis de entender, que para serem justas, equilibradas e acima de tudo para beneficiar Torres Vedras e os torrienses devem trazer qualquer coisa de concreto o que não lhe parece que tem sido feito por parte do BE. -----

-----O *deputado municipal e proponente da recomendação, João Rodrigues* interveio no sentido de dizer que o BE não veio pedir palmas, porém se viessem pedir palmas para os profissionais de saúde ninguém contestava, mas eles já estão fartos de palmas. Aceita na íntegra a proposta da colega Rita Sammer e alteraria a recomendação nesse sentido. -----

-----O *deputado municipal António Carneiro* interveio no sentido de subscrever e saudar a sugestão da líder do PSD, tendo em conta a possibilidade de ser exequível por parte do município e se o proponente alterar a proposta a situação ficará resolvida. -----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques* também subscreveu as palavras que foram ditas, tendo em conta que será temporário, registando que estão a abrir uma exceção para o futuro. -----

-----O *deputado municipal Paulo Valentim*, acrescentou que estavam a falar de trabalhadores do hospital, mas estava mais preocupado com os utentes que se vêm aflitos para estacionar. Trabalhadores de Torres Vedras são todos. -----

-----Sobre o assunto em título e atentas as intervenções prestadas o *presidente da Câmara* também se manifestou preocupado pois estão a falar de 20 ou 30 lugares de estacionamento a menos face à instalação dos contentores no perímetro do hospital onde se encontra a funcionar o serviço de consulta externa e nesse sentido tem vindo a dialogar com o CHO. A autarquia tem na envolvente do hospital cerca de 150 lugares livres de pagamento, em três bolsas sendo a maior em frente à Escola Madeira Torres. Até ao dia de hoje não tem havido problemas de maior, mas haverá dificuldades de estacionar nas mesmas quando se iniciar o ano letivo, pelo que estão a negociar mais uma propriedade devoluta na proximidade para ajudar a minimizar o problema. -----

-----Concluídas as intervenções e não tendo chegado à mesa uma proposta alternativa o presidente da Assembleia colocou à votação a recomendação discutida. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 36 votos contra e a 3 votos favor, reprovou a moção em título. -----

-----Anota-se que votaram a favor João Rodrigues, Maria Teresa Oliveira e Miguel Samarão. -----

2 - PROPOSTA N.º 40/CM/2020 – PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS DE 2019: -----

-----Presente ofício número 3142 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9/07/2020, a remeter o assunto em título, de acordo com a deliberação tomada pelo executivo, por unanimidade, na reunião de 07/07/2020.-----

-----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* disse que iria debruçar-se sobre as Contas da Promotorres, desde logo anunciando que é apenas uma intervenção política na senda do que ocorreu nas contas da Câmara Municipal. -----

-----Assim manifestou a preocupação do PSD que tenham tido uma décalage tão intensa de 2018 para 2019, em cerca de €100.000,00, entre o total positivo e o negativo, contudo considerou positivo que o relatório evidencie factos e perspetivas futuras, tendo em conta toda a contingência e todos os problemas que derivam do período pandémico que têm atravessado desde março, referindo-se concretamente aos eventos para os quais há subsídios à exploração no valor de 609 mil euros, mas também se verificaram resultados muito negativos que não consegue entender.-----

-----Aproveitou para solicitar, por intermédio da mesa, o quadro de pessoal da Promotorres, uma vez que é referido que foram admitidos 5 funcionários para reforço da fiscalização, aumento de vencimento a dois, admissão de um administrativo e outro para reforço de comunicação e imagem, mas não têm uma referência para fazer uma análise ponderada.-----

-----Referiu que poderia ser um fator justificativo para o aumento dos prejuízos em alguns eventos, nomeadamente no Carnaval, a aquisição de alguns equipamentos/objetos mas independentemente de ter havido um dia de chuva em 2019, este evento teve um número de entradas semelhantes a 2018, porém apresenta um diferencial negativo nos resultados. Para além disso há eventos tradicionalmente negativos como o Befashion e o Carnaval de Verão. -----

-----Iguamente manifestou preocupação com o Mercado Municipal e à necessidade de terem em conta a não ocupação de lojas e bancas e da mesma forma preocupação com os números da página 30 e 31 no que respeita à fiscalização, que não correspondem.-----

-----Assim vê que a Promotorres inspira cuidados, que nada tem a ver com os membros do seu conselho de administração, mas porque algo de estranho se passa, não justificável pelo que está justificado no relatório. Além do mais pelo facto de já ter sido menos bom em 2019, tem algum receio sobre os resultados de 2020 e deste modo o sentido de voto do PSD será em linha com os

seus vereadores do Executivo Municipal, pois não votam estas contas independentemente sendo os resultados da Promotorres que têm contas com alguma perplexidade.-----

-----Na senda do que foi proferido sobre as contas da Promotorres o *deputado Municipal Pedro Castelo* deu nota que o CDS iria abster-se porque entende que há algo de que tem que ser separado, não estando em causa as contas da CMTV nem as dos SMAS, mas principalmente o grande prejuízo que esta empresa municipal teve no período a que se referem, que não sendo surpresa são um motivo grande de preocupação. -----

-----Em devido tempo alertaram e questionaram sobre a sustentabilidade da Promotorres, nomeadamente na discussão dos contratos programas que vieram ao plenário para aprovação lamentando que não possam ouvir o presidente do conselho de administração, Rui Penetra, porque é algo que preocupa os torrienses, porque se trata de uma empresa municipal que consome muitos recursos e sugeriu uma maior fiscalização à sua gestão nos próximos tempos.----

-----Aproveitando o assunto em discussão o *deputado municipal João Rodrigues* alertou para o caso de uma cidadã que colocou o selo de residente num veículo de substituição, deixando a devida informação no tablier, mas foi multada em €60,00, o que não lhe parece um método muito correto.-----

-----Nesta altura, para prestar alguns esclarecimentos foi dada a palavra ao presidente do conselho de administração, *Rui Penetra*, que desde logo confirmou que tiveram saldo negativo em 2019 de 48 mil euros, sendo certo que o desejado numa empresa municipal é que tenha um saldo positivo, mas não dar lucro e no caso concreto estavam a falar num diferencial de 50 mil euros, que são, no entanto, justificáveis. -----

-----Nessa sequência abordou concretamente os investimentos realizados a nível de imobilizado, porque eram estruturais e fundamentais para a Promotorres tais como a iluminação na Expotorres, instalação de uma central de incêndios no Pavilhão Multiusos, obras na sede da empresa que deu origem à Loja da Mobilidade no 1.º piso do Mercado Municipal, instalação de iluminação led inteligente no estacionamento do mercado municipal e aquisição de barreiras antiterrorismo.-----

-----Continuou alertando para despesa efetiva fora do habitual do exercício, que excedeu um pouco as contas, concretamente 3 situações que não estavam previstas em plano e orçamento, mas que foram realizadas em 2019: projeto das mini-agostinhas implementado nas escolas da cidade de Torres Vedras, com custo de €8.500,00, estudo para a feira rural e animação de Natal no mercado municipal, como nunca tinha sido feita.-----

-----Concordou que o saldo não devia dar negativo, mas falavam de custos extras, alguns fundamentais tais como no Carnaval 2019 que teve uma redução do lucro de 84 mil euros, pois pela 1.ª vez implementaram o sistema de videovigilância com 8 câmaras, investiram também na praça Alberto Avelino em cenografia para o palco e em artistas que assim já encheram a praça, o

que correspondeu a investimento acima daquilo que era o habitual.-----

-----Ainda justificando o saldo negativo deu nota de despesas tidas com a PSP e em segurança privada, que aumentou em 2019, não sendo esta uma questão de opção da organização já que estão a falar de segurança para meio milhão de foliões. Na Feira de S. Pedro, fizeram um reforço da animação itinerante, reforço em comunicação nacional e reforço da identidade da feira no próprio recinto, acréscimo de despesas com segurança e com a PSD que aumentou os efetivos, sendo esta força policial que faz a avaliação do evento e define os efetivos a colocar no recinto, resultando numa redução do lucro de 67 mil euros, concluindo que só a redução de lucro destes dois eventos, o resultado negativo está justificado.-----

-----Como última nota especificou que também houve aumento de despesa no Carnaval de Verão, que resultou da necessidade de quererem dar alguma dignidade ao evento, na certeza que ainda vai precisar de mais investimentos e inovação. É legítimo dizerem que deu negativo, mas estão a falar num diferencial que não é assim tanto, entre o que devia ter sido e o que foi efetivamente. ----

-----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* agradeceu a intervenção que considerou muito elucidativa sugerindo que o próximo relatório deve ser mais exaustivo pois nada do que o orador esclareceu relativamente ao Carnaval e Feira de S. Pedro está explicitado no mesmo, concretamente quanto à segurança e videovigilância e se assim o tivessem feito, algumas das suas dúvidas teriam sido ultrapassadas -----

-----A *deputada municipal Teresa Oliveira* reportou-se à página 13 relativo à atribuição de um subsídio à exploração no valor anual de €385.000,00, concretamente €100.000,00 para o Carnaval questionando se o resultado positivo do Carnaval já incluiu este valor. -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo*, questionou quanto é que a Promotorres recebe da Câmara Municipal por ano e tendo em conta que o presidente do conselho de administração da empresa municipal disse que quer a Feira de S. Pedro quer o Carnaval em 2019 tiveram uma diminuição de lucro, e sendo a Promotorres uma organização que se quer em crescendo e a melhorar, com profissionais que de ano para ano sabem cada vez mais, questionou qual a razão. -

-----De novo no uso da palavra *Rui Penetra* informou que não tem presente os valores exatos questionados pelo deputado Pedro Castelo, mas faria chegar à mesa da assembleia a informação e no que se refere à diminuição do lucro repetiu alguns dos exemplos de investimentos que referenciou na sua primeira intervenção e que contribuíram para essa redução. Quanto à questão dos subsídios, elucidou que em todos os eventos faz parte da receita. -----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* aludiu aos parcometros questionando a razão de nunca terem funcionado com cartão multibanco nem visa, sabendo que agora que têm via verde e antes tinham o *paysimplex*. Para além disso questionou a razão da receita média por dia destes equipamentos ter diminuído de 2018 para 2019, tal como referido a página 31, os talões emitidos

também diminuem, mas a receita média por estacionamento aumenta e se estão previstas a criação de avenças mensais, não só para os parques cobertos, mas para o exterior para qualquer pessoa.-----

-----Na parte da fiscalização e reportando-se à página 30, frisou que há um aumento de receita muito motivada pelo agravamento dos valores das sanções por estacionamento indevido e há um aumento da despesa cuja relação gostava de perceber. Tanto quanto sabe há mais fiscais no terreno, mas o cumprimento das normas consegue fugir às rotinas estabelecidas.-----

-----Dada novamente palavra ao presidente do conselho de administração **Rui Penetra** este esclareceu que no respeitante ao facto de o sistema de multibanco nunca ter funcionado nos parcometros iria tentar perceber a razão, mas confirmou a existência da via verde desde 1 de julho com sucesso e que tem sido uma mais-valia mais agora com a pandemia, mas permanece em funcionamento o *paysimplex*.-----

-----No que se refere à fiscalização e sanções esclareceu que os valores da multa foram atualizados, mas são tabelados por lei. Para além disso confirmou que têm mais fiscais no terreno, e o conselho de administração que preside decidiu, desde junho de 2019 implementar a rotatividade entre as duplas de fiscais assim como alternar as ruas que fiscalizam, contudo durante a pandemia as duplas são as mesmas para evitar contágio.-----

-----A *deputada municipal Marta Geraldês* pediu a palavra para assinalar que as contas consolidadas acabam por ser o resultado das três entidades, e que apesar dos resultados negativos e nada satisfatórios para os torrienses da Promotorres. E.M., que acabaram por ser explicados, o Grupo Municipal do PSD iria abster-se, com o seguinte comentário: as contas em apreço acompanham a evolução das contas individuais da Câmara, com redução do resultado líquido do exercício do grupo, no seu cômputo geral o ativo aumentou, mas o passivo aumentou ainda mais, os rácios financeiros apresentam-se estáveis e não concorda que sendo do ano transato, as contas já referem o COVID-19-19.-----

-----Concluídas todas as intervenções, o presidente da mesa colocou o assunto à votação.-----

-----A Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea 1), do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09, ambas na sua atual redação, deliberou por maioria de 24 votos a favor e 12 abstenções, aprovar as contas consolidadas do Município de Torres Vedras, relativas a 2019.-----

-----Anota-se que votaram a favor os deputados municipais do PS, Pedro Vaza e Pedro Bernardes e estavam ausentes da sala Nuno Henriques, Celso Carvalho e Carlos Gomes.-----

3 - PROPOSTA N.º 39/CM/2019 - ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DAS MEDALHAS MUNICIPAIS:-----

-----Presente ofício número 5483, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 28/08/2019 a

remeter proposta de alteração ao regulamento em título e presente também proposta de alteração á mesma da Assembleia Municipal de Torres Vedras.-----

-----A Assembleia Municipal, deliberou, em conformidade com o seu regimento, e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09 na sua atual redação, aprovar por maioria de 33 votos a favor e 3 abstenções a proposta de alteração da Assembleia Municipal, que se considera integralmente transcrita.-----

-----Anota-se que se abstiveram, João Rodrigues, Maria teresa Oliveira e Miguel Samarão e não se encontravam na sala Nuno Henriques, Celso Carvalho e Carlos Gomes. -----

5 - PROPOSTA N.º 41/CM/2020 – AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – EMPREITADA DE REPAVIMENTAÇÃO DE DIVERSOS ARRUAMENTOS NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS – CONCURSO PÚBLICO:-----

-----Presente ofício número 3203, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 14/07/2020, a remeter a informação n.º 26/E/2020 da Secção de Contratação Pública, referente ao procedimento em título para autorização da repartição de encargos, em cumprimento do despacho proferido pelo presidente da Câmara de 09/07/2020, a ratificar pelo Órgão Executivo na sua reunião que se realizará no dia 21 do presente mês.-----

-----A Assembleia Municipal, para efeitos do disposto do n.º 1, do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 06/06, e com base da informação n.º 26/E/2020 da SCP, deliberou por unanimidade autorizar a repartição de encargos referente à “Empreitada de repavimentação de diversos arruamentos nas freguesias do concelho de Torres Vedras – concurso público.-----

6 – PROPOSTA N.º 15/AM/2020 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2019 – REPRESENTANTES;-----

-----Face ao adiantado da hora o presidente da mesa sugeriu que a apresentação deste ponto ficasse para a próxima sessão o que teve a anuência de todos os presentes. -----

7 – INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS:-----

7.1 - PROPOSTA N.º 16/AM/2020 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 9/11/2018):-----

-----Presente ofício número 2890, de 26/06/2020:-----

-----1 – Processo CT/262/2020 – Requerimento n.º CT/2149/2020 – Firmino António Rosa dos Santos – parcela de terreno, situada na localidade de Pedras Lages, União das Freguesias de Dois Portos e Runa, com a área de 34,50m2, a retirar do prédio descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 101, da Freguesia de Runa (extinta), e participado na respetiva matriz predial rústica, sob o artigo 132, da secção “1 G”, da União das Freguesias de Dois Portos e Runa, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2,

perfazendo um total de € 172,50, valor este arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, passando o valor a ser de € 180,00. -----

-----2 – Processo CT/128/2020 – Requerimento n.º CT/1093/2020 – Agostinho José Antunes Santos Correia - parcela de terreno, situada na Rua António da Silva Hugo, Encosta de São Vicente, na Cidade de Torres Vedras, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área de 23,00m², a retirar do prédio descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 7957, da Freguesia de Torres Vedras (São Pedro e Santiago) (extinta), e inscrito na matriz predial sob o artigo 75 da secção “DD”, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, para cedência ao domínio público, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 115,00, valor este arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, passando o valor a ser de € 120,00. -----

-----3 – Processo ED/208/2019 – Requerimento n.º ED/1717/2020 – Jacinto da Costa - parcela de terreno, situada em Moncova, Dois Portos, com a área de 69,80m², sendo, 61,20m², a retirar do prédio urbano, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 581, e inscrito na matriz predial sob o artigo 2040, e 8,60m², a retirar do prédio rústico, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 3365, e inscrito na matriz predial sob o artigo 56, “Z”, ambos da Freguesia de Dois Portos (extinta), para alargamento da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 349,00, valor este arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, passando o valor a ser de € 350,00. -----

-----4 - Processo de obras ED 368/2019 – Requerimento ED 8143/2019 – Maria da Conceição Ferreira dos Santos Paulo – parcela de terreno, situada na Rua Alice, n.º 3 Santa Cruz, Freguesia de Silveira, com a área de 106,37m² para requalificação da serventia pública, a retirar do prédio descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 7927, da Freguesia da Silveira e inscrito na matriz urbana sob o art.º 2614, da mesma Freguesia, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 531,85, valor este arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, passando o valor a ser de € 540,00. -----

-----Ofício número 3161 de 09/07/2020:-----

-----1 - Processo de obras ED 92/2019 - Requerimento ED 3976/2019 – Paraíso Ideal - Construtora Imobiliária Lda.:-----

-----Parcela 1 - 569,50m², a retirar do prédio urbano, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 3100, e inscrito na matriz sob o artigo 3348, (Rua dos Combatentes da Grande Guerra), da Freguesia de Ramalhal;-----

-----Parcela 2 - 461,05m², prédio urbano, descrito na conservatória do registo predial de Torres

Vedras, sob o n.º 3100, e inscrito na matriz sob o artigo 3348, (Travessa Monte do Rossio), da Freguesia de Ramalhal.-----

-----Parcelas estas, às quais foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo os valores de € 2.847,50 e € 2.305,25, respetivamente, sendo o total de € 5.152,75, arredondados nos termos do CIMI para € 2.850,00 e € 2.310,00, o que perfaz o valor total de € 5.160,00.-----

-----2 - Processo de obras OP 141/2018 - Requerimento OP 1887/2020 – Alberto Amâncio & Filhos Construção Civil, Lda. - parcela de terreno com a área de 8,99m², a retirar do prédio urbano descrito na Conservatório do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 6860, da Freguesia de Torres Vedras (São Pedro e Santiago) e inscrito na matriz sob o art.º 1951, da Freguesia de São Pedro e Santiago, Santa Maria e S. Miguel, e Matacães, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 44,95, arredondado nos termos do CIMI, para € 50,00.---

-----3 - Processo de obras ED 528/2019 - Requerimento ED 10336/2019 – Tânia Marisa Cruz Fernandes Maria – cedência ao domínio público para requalificação da via pública de parcela de terreno com a área de 503,30m², que serão retirados do prédio rústico/urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 395, da Freguesia de Ponte do Rol e inscrito na matriz sob o artigo 108 Secção “H”, da Freguesia de Ponte do Rol, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 2.516,50, arredondado nos termos do CIMI, para € 2.520,00.-----

-----4 - Processo de obras ED 36/2020 - Requerimento ED 471/2020 – Inês Serpa Rebelo – cedência ao domínio público para requalificação da via pública, de parcela com a área de 59,70m², que serão retirados do prédio rústico/urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 9397, da Freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira e inscrito na matriz sob o artigo 6872 - P, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 298,50, arredondado nos termos do CIMI, para € 300,00.-----

-----5 - Processo de obras ED 383/2019 - Requerimento ED 8374/2019 – Ana Maria Simão Valente - cedência ao domínio público para requalificação da via pública, de parcela com a área de 120,70m², que serão retirados do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3459, da Freguesia Torres Vedras (Santa Maria do Castelo e São Miguel) e inscrito na matriz sob o artigo 9720 Urbano “P”, da Freguesia de São Pedro e Santiago, Santa Maria e São Miguel e Matacães, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 603,50, arredondado nos termos do CIMI, para € 610,00.-----

-----6 - Processo de obras ED 524/2019 - requerimento ED 10235/2019 – Luís Manuel Gomes dos Santos - cedência ao domínio público para beneficiação da via pública, de parcela com a área de 66,00m², que serão retirados do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de

Torres Vedras com o n.º 3812, da Freguesia de Campelos e inscrito na matriz da Autoridade Tributária e Aduaneira, sob o artigo 2584-P, da Freguesia de Campelos e Outeiro da Cabeça, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 330,00.-----

-----7 – Processo ED/326/2019 – Requerimento n.º ED/7275/2019 – Lubélia Maria Pereira Valongo Lopes – parcela de terreno, situada na Rua da Ferreirica, em Campelos, União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, com a área de 8,15m², a retirar do prédio urbano descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 320, da Freguesia de Campelos, e participado na respetiva matriz, sob o artigo 810, da Freguesia de Campelos e Outeiro da Cabeça, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 40,75, arredondado nos termos do CIMI, para € 41,00.-----

-----8 – Processo CT/217/2020 – Requerimento n.º CT/1795/2020 – Roberto Farinha Santos – 2 parcelas de terreno, situadas na Rua Bairro de São João, em Runa, União das Freguesias de Dois Portos e Runa, com a área de 323,00m², a retirar do prédio rústico descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 921, da Freguesia de Runa (extinta), e inscrito na matriz sob o artigo 24 da Secção 1E, da União das Freguesias de Dois Portos e Runa, às quais foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.615,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 1620,00:-----

-----Parcela 1 - 156,00m², para benefício da Rua das Maravilhas-----

-----Parcela 2 - 167,00m², para benefício da Rua de São João-----

-----9 – Processo CT/385/2020 – Requerimento n.º CT/2992/2020 – Nuno Máximo dos Santos – Construções Unipessoal, Lda. – parcela de terreno, situada na Rua do Passadouro, em Bemposta, Freguesia de Ponte do Rol, com a área de 532,00m², a retirar do prédio rústico, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 327, da Freguesia de Ponte do Rol, e descrito na matriz, sob o artigo 104 Secção “H”, da mesma freguesia, para alargamento da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 2.660,00.-----

-----10 – Processo ED/61/2020 – Requerimento n.º ED/696/2020 – Sara Primor Antunes – 2 parcelas de terreno, situadas na Rua da Escola, 36-A, em Boavista, Freguesia de Silveira, que a seguir se identificam:-----

-----Parcela 1 - 27,00m², a retirar do prédio urbano, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 1448, e inscrito na matriz sob o artigo 3737, da Freguesia de Silveira;-----

-----Parcela 2 - 37,00m², prédio urbano, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 2575, e inscrito na matriz sob o artigo 6571, da Freguesia de Silveira.-----

-----Parcelas estas para requalificação da via pública, às quais foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo os valores de € 135,00 e € 185,00, respetivamente, sendo o total de € 320,00.-----

-----11 – Processo ED/563/2019 – Requerimento n.º ED/10680/2019 – Herdeiros de Feliciano

Francisco – parcela de terreno, situada na Rua São João de Deus, em Filha Boa, União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, com a área de 42,20m², a retirar do prédio urbano, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 2532, da Freguesia de Carvoeira, e descrito na matriz, sob o artigo 2397-P, da Freguesia de Carvoeira e Carmões, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 211,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 220,00.-----

-----12 – Processo ED/416/2019 – Requerimento n.º ED/8833/2019 – Ismira, Sociedade Imobiliária Lda. – parcela de terreno, situada Rua Casal dos Fornos, em Campelos, com a área de 113,00m², a retirar do prédio urbano, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 1385, da Freguesia de Campelos, e inscrito na matriz sob o artigo 2792, da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 565,00, arredondado nos termos do CIMI para € 570,00. -----

-----13 – Processo OP/162/2017 – Requerimento n.º OP/1822/2019 - Miguel António Querido Marques – parcela de terreno, situada em Casal do Feros, com a área de 134,55m², para requalificação da via pública, a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 3656, da freguesia da Silveira, e inscrito na matriz sob o art.º 220, Secção C, da mesma freguesia, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 672,75, arredondado nos termos do CIMI, para € 680,00. -----

-----14 – Processo CT/475/2020 – Requerimento n.º CT/3607/2020 – Paulo Alexandre Farinha Miranda – parcela de terreno, situada na Rua Cabeça Ruiva, n.º 6, em Palhagueiras, com a área de 31,85m², para alargamento da via pública, a retirar do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 9289, da freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), e inscrito na matriz sob o art.º 6733, da Freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 159,25, arredondado nos termos do CIMI, para € 160,00.-----

-----15 – Processo 00/6942/1987 – Requerimento n.º 00/9248/2019 – Herança de Leonel Inácio dos Santos – parcela de terreno, situada em Portela de Belmonte, com a área de 55,00m², para beneficiação da via pública, a retirar do prédio, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 3337, da freguesia de São Pedro da Cadeira, e inscrito na matriz sob o art.º 2217, da freguesia de São Pedro da Cadeira, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 275,00, arredondado nos do CIMI, para € 280,00.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

7.2 - PROPOSTA N.º 17/AM/2020 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE APOIOS A FREGUESIAS (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2018):-----

-----Presente ofícios n.º os 2891, de 23/06/2020 e 3160, de 09/07/2020 da Câmara Municipal de

Torres Vedras a dar conhecimento que na sequência da autorização genérica para atribuição de apoios a freguesias, concedida pela assembleia municipal em reunião de 30/11/2018, realizada no âmbito da sessão ordinária iniciada em 12/11/2018, a câmara deliberou aprovar os seguintes apoios: -----

----- União das Freguesias de Carvoeira e Carmões:-----

-----€ 10.000,00 – Apoio financeiro para aquisição de camioneta com balança. -----

----- Junta de Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães: -----

-----€ 22.500,00 - aquisição de câmaras frigoríficas e de uma carrinha de transporte de alimentos secos, investimentos essenciais para dar resposta ao aumento da procura ao programa alimentar POAPMC, que nos últimos meses teve um aumento de 512 pessoas para 1024 pessoas apoiadas.

----- União de Freguesias de Carvoeira e Carmões:-----

-----€ 10.000,00 - Apoio financeiro para fazer face às despesas, de um imóvel doado a esta Junta, que já teve relacionadas com os registos e com o levantamento, bem como para os diversos projetos tendentes ao licenciamento do projeto que pretende dinamizar. -----

----- Apoio financeiro para aluguer operacional de viaturas de 9 lugares, com a duração de 36 meses para transporte de crianças e para prestar apoios diversos a associações e instituições sediadas no concelho, uma vez que têm um limite de anos para poder circular com a finalidade de transporte de crianças e durante o ano de 2020, seis viaturas das cinco Juntas de Freguesia abaixo indicadas vão deixar de poder prestar esse tipo de serviço: -----

----- União de Freguesias de A dos Cunhados e Maceira:-----

----- Valor ano 2020: € 5640,60 -----

----- Valor ano 2021: € 10381,20-----

----- Valor ano 2022: € 10381,20-----

----- Valor ano 2023: € 5.190,60-----

----- União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça:-----

----- Valor ano 2020: € 5640,60 -----

----- Valor ano 2021: € 10381,20-----

----- Valor ano 2022: € 10381,20-----

----- Valor ano 2023: € 5 190,60-----

----- União de Freguesias de Dois Portos e Runa:-----

----- Valor ano 2020: € 11 731,20-----

----- Valor ano 2021: € 20762,40-----

----- Valor ano 2022: € 20 762,40-----

----- Valor ano 2023: € 10381,20-----

----- Freguesia de Freiria:-----

----- Valor ano 2020: € 5 640,60-----
----- Valor ano 2021: € 10381,20-----
----- Valor ano 2022: € 10381,20-----
----- Valor ano 2023: € 5 190,60-----
----- Freguesia de Turcifal:-----
----- Valor ano 2020: € 5640,60 -----
----- Valor ano 2021: € 10 381,20-----
----- Valor ano 2022: € 10381,20-----
----- Valor ano 2023: € 5190,60.-----
----- Apoio à construção de sedes de Juntas de Freguesia:-----
----- Junta de Freguesia da Ponte do Rol: -----
----- Valor estimado para a obra: € 260 640,00 + IVA-----
----- Valor a atribuir em apoio financeiro: € 165 000,00 -----
----- O referido apoio financeiro deverá ter a seguinte distribuição temporal:-----
----- 2020 - € 55.000,00;-----
----- 2021 - € 55.000,00;-----
----- 2022 - € 55.000,00.-----
----- Junta de Freguesia de Silveira: -----
----- Valor estimado para a obra: € 420.370,00 + IVA-----
----- Valor a atribuir em apoio financeiro: € 267.000,00 -----
O referido apoio financeiro deverá ter a seguinte distribuição temporal:-----
----- 2021 - € 89.000,00;-----
----- 2022 - € 89.000,00;-----
----- 2023 - € 89.000,00.-----
----- Junta de Freguesia da Ventosa: -----
----- Valor estimado para a obra: € 315.000,00 + IVA-----
----- (não foi considerado o montante de € 60.000,00 + IVA pois a Junta de Freguesia pretende
executar uma parte da obra por Administração Direta) -----
----- Valor a atribuir em apoio financeiro: € 200.505,00 -----
----- O referido apoio financeiro deverá ter a seguinte distribuição temporal:-----
----- 2021 - € 66.850,00;-----
----- 2022 - € 66.850,00;-----
----- 2023 - € 66.850,00.-----
----- Salienta que, no corrente ano apenas se irá transferir verba para a Freguesia da Ponte do Rol
dado ser esta a única obra em curso, estimando-se o início das restantes apenas para o ano de

2021. Estes apoios financeiros correspondem a aproximadamente 60 % do valor total das estimativas de custos apresentadas pelas Juntas de Freguesia e verificadas pelo Município de Torres Vedras. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

----Pelas 01.25 horas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

----Para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
